

CONFÚCIO AIRES MOURA

Governador do Estado de Rondônia

EVANDRO CESAR PADOVANI

Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária – SEAGRI

JOSÉ ALFREDO VOLPI

Presidente da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia

ANSELMO DE JESUS ABREU

Presidente da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia

AVENILSON GOMES DA TRINDADE

Diretor Executivo

CAROLINE ARAÚJO CADAMURO

Coordenadora Técnica

AMAURI GUEDES DE FREITAS

Coordenador de Administração e Finanças

RAIMUNDO NONATO ALVES DE ARAUJO

Coordenador de Administração e Finanças

FABIANO ALEXANDRE DOS SANTOS

Gerente de Inspeção e Defesa Sanitária Animal

RACHEL BARBOSA DA SILVA

Gerente de Inspeção e Defesa Sanitária Vegetal

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES–IDARON 2016

CRÉDITOS-CAPA

José Danilo Rangel

EQUIPE DE COORDENAÇÃO

Ruy Alves Rodrigues Pinheiro

Letícia Satômi Kuroda

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Adriano Pereira dos Santos

Angiel Rodrigues Barbosa

André Luiz Moura Uchoa

Edmundo Gerônimo de Oliveira

Esdras Barros Cunha

Fabiano Alexandredos Santos

Fabiano Cangussu Soares

Geralda Genuína da Fonseca

Jefferson Marcos Notário Barbosa

Silvio Gilberto Bueno

Walmir Ferreira da Silva

Sumário

MENSAGEM DO PRESIDENTE	5
INTRODUÇÃO	6
1 ASPECTOS INSTITUCIONAIS	7
1.1 Objetivos Gerais.....	7
1.2 Legislação.....	8
1.3 Estrutura Organizacional Básica	9
1.4 Estrutura Organizacional Específica.....	10
1.5 Administração Sistêmica de Execução Programática.....	11
1.6 Rol dos Responsáveis.....	12
2 GESTÃO ADMINISTRATIVA	13
2.1 Condições Estruturais	13
2.2 Parcerias.....	18
2.3 Setor de Transportes.....	23
2.3.1 Gasto Anual com Manutenção e Abastecimento da Frota.....	23
2.3.2 Composição da Frota	24
2.4 Setor de Pagamentos Diversos	28
2.5 Setor de Planejamento.....	31
2.5.1 Gestão do PPA IDARON-2016.....	31
2.5.1.1 Monitoramento – PPA 2016.....	39
2.5.1.2 Avaliação – PPA 2016	42
2.5.2 Gestão Orçamentária IDARON-2016	47
2.5.3 Superávit Orçamentário-Financeiro- 2016.....	48
2.6 Setor de Diárias	49
2.7 Setor de Patrimônio.....	51
2.8 Setor de Adiantamento a Servidores.....	54
2.9 Setor de Controle Interno	56
3 GESTÃO CONTÁBIL	59
3.1 Da Proposta Orçamentária.....	59
3.2 Da Gestão Financeira	60
3.2.1 Análises Dos Demonstrativos Contábeis.....	61
3.2.2 Balanço Orçamentário – Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64.	61
3.2.3 Índices Do Resultado Da Execução Orçamentária.....	62
3.2.4 Balanço financeiro – anexo 13 da lei federal nº 4.320/64	63
3.2.5 Disponibilidades financeiras para pagamentos das obrigações assumidas no exercício, e em exercícios anteriores, que não foram pagas (§ 1º, DO ART. 1º DA LRF)	65
3.2.6 Variação do saldo patrimonial financeiro	66

3.3 Balanço patrimonial – anexo 14 da lei federal Nº 4.320/64.....	66
3.3.1 Da movimentação das contas componentes do ativo não circulante.....	70
3.4 Demonstração das variações patrimoniais – dvp – anexo 15 da lei federal Nº 4.320/64.....	71
3.4.1 Variações aumentativas	72
3.4.2 Variações diminutivas	72
3.5 Dívida fundada e fluante – anexos 16 e 17 da lei federal Nº 4.320/64.....	73
3.5.1 Dívida fundada – anexo – 16 da lei federal Nº 4.320/64.....	73
3.5.2 Dívida fluante – anexo 17 da lei federal Nº 4.320/64	73
3.6 Demonstrações dos fluxos de caixa	74
3.6.1 Análise dos quocientes – demonstração dos fluxos de caixa:	75
Índice de Figuras.....	77
Índice de Gráficos	77
Índice de Mapas.....	77
Índice de Quadros.....	77

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Ao encerrar o exercício, cumpro o dever legal de apresentar o Relatório de Atividades do exercício de 2016 da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON, conforme preconiza a Instrução Normativa nº 13/2004 do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO e, ao mesmo tempo, cumprimento os servidores desta Autarquia e das diversas instituições públicas federais, estaduais e municipais, bem como os parceiros, que direta ou indiretamente contribuíram para concretizar a missão precípua desta Agência.

O presente Relatório afere os principais resultados alcançados pela Agência no exercício findo, no que concerne à gestão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial.

Todas as informações que compõe este instrumento foram obtidas através dos dados das atividades desenvolvidas, minuciosamente consolidados pela equipe técnica da Agência, visando conferir transparência sobre os resultados das aplicações dos recursos públicos e o cumprimento das metas estabelecidas para garantir a sanidade do rebanho rondoniense e a saúde dos vegetais, permitindo a abertura de mercado nacional e internacional dos produtos agropecuários de Rondônia.

São estas, entre outras, as informações com o nível de detalhamento que serão apresentadas no Relatório de Atividades desta Autarquia, referente ao exercício de 2016.

Porto Velho, Março 2016.

ANSELMO DE JESUS ABREU
Presidente IDARON

INTRODUÇÃO

O Relatório de Atividades constitui peça fundamental na composição do processo de prestação de contas da Agência. Sua elaboração baseia-se nas determinações dos órgãos de controle interno e externo e traduz, a cada exercício, as realizações desta Autarquia, focando, principalmente, a gestão e o desempenho para assegurar a sanidade das populações vegetais, a saúde dos rebanhos animais, a idoneidade dos agrotóxicos e seu uso nas plantações, a identidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores, conferindo-lhes um selo institucional de qualidade.

Neste contexto e considerando a dimensão da atuação da IDARON no cenário do agronegócio rondoniense, um documento desse porte, apresentando as atividades da Autarquia, retrata, de certo modo, os rumos da política setorial.

O presente documento está estruturado em capítulos e seções e o critério de organização dos assuntos levou em consideração o aspecto de que todas as atividades desenvolvidas se voltam para os resultados da Instituição. Neste sentido, os Capítulos 1 a 3 estão subdivididos enfocando os aspectos institucionais, orçamentários, financeiros e patrimoniais relacionados à gestão administrativa. No final são apresentados os índices de figuras, fotos, gráficos, mapas e quadros.

1 ASPECTOS INSTITUCIONAIS

1.1 Objetivos Gerais

A Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON, criada pela Lei Complementar nº 211, de 15/12/98, alterada pela Lei Complementar nº 215, de 19/07/99, é autarquia com personalidade jurídica de Direito Público, com autonomia técnica, administrativa, financeira e patrimonial, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura – SEAGRI.

Tem por objetivos formais as atividades de vigilância e defesa sanitária animal e vegetal, inspeção, fiscalização, padronização, identificação e a classificação dos produtos e subprodutos de origem vegetal, florestal e animal, cabendo-lhe especificamente:

- Desenvolver estudos no campo da defesa agrosilvopastoril e da preservação dos recursos naturais renováveis, de maneira a subsidiar o planejamento destas áreas, em consonância com as diretrizes das políticas governamentais para o setor agropecuário;
- Implantar e manter sistema de informações, referente à defesa agropecuária e a preservação dos recursos naturais renováveis, no âmbito do Estado;
- Programar, acompanhar, controlar e avaliar as atividades de defesa agrosilvopastoril e da educação sanitária;
- Executar as atividades de profilaxia e combate às doenças de animais e as pragas de vegetais, dando prioridade àquelas que causam maiores prejuízos à economia estadual;
- Executar as medidas recomendadas à utilização racional, à proteção e conservação dos recursos naturais renováveis, flora, fauna, solo e água;
- Fiscalizar o trânsito intra e interestadual de animais e produtos derivados e de vegetais, partes de vegetais e seus subprodutos, a fim de evitar a disseminação de doenças e pragas;
- Executar as atividades relativas à inspeção, fiscalização, padronização e classificação de produtos vegetais, os seus subprodutos e resíduos de valor econômico;
- Exercer a inspeção e a fiscalização da qualidade dos insumos utilizados nas atividades agrosilvopastoril, quando delegadas;
- Proceder à identificação e classificação dos produtos florestais;

- Exercer as atividades laboratoriais de apoio às ações de defesa sanitária animal e vegetal, de inspeção e fiscalização de produtos agropecuários e de insumos, nas atividades agrosilvopastoris;
- Promover a capacitação e aperfeiçoamento dos recursos humanos necessários à implementação das atividades da IDARON; e,
- Exercer a fiscalização do comércio de produtos de uso veterinário e dos agrotóxicos, quando delegadas.

Visa ainda promover e gestionar pela conformidade e qualidade dos produtos agropecuários, em diversas fases de suas cadeias de produção, atuando preventivamente na defesa sanitária animal e vegetal, desde a fase de produção, até a certificação e manutenção de áreas livres de pragas e doenças e seu reconhecimento pelos mercados consumidores, preservando o nível de emprego e renda da produção agropecuária como fator de desenvolvimento sustentável.

Funcionamento estrutural

A IDARON tem sede em Porto Velho (RO), na Avenida Farquar, 2986, Complexo Palácio Rio Madeira, Edifício Curvo II- Rio Cautário - 5º andar, Bairro Pedrinhas, CEP 76801-478 e jurisdição em todo o Estado. Os contatos podem ser feitos pelo telefone (69) 3216-5118 ou pelo fax (69)3229-6707 e, ainda, pelo sítio eletrônico <http://www.idaron.ro.gov.br>.

1.2 Legislação

A legislação que instrumentaliza a Agência, de forma a garantir a legalidade de suas ações está relacionada abaixo:

- Lei Complementar nº 215, de 19 de julho de 1999 - cria a Agência Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON;
- Decreto nº 8.866, de 27 de setembro de 1999 - regulamenta o Estatuto da Agência IDARON;
- Decreto nº 8.968, de 31 de janeiro de 2000 - dispõe sobre a estrutura básica e estabelece as competências da Agência IDARON;
- Lei Complementar nº 665, de 21 de maio de 2012; - dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remunerações dos servidores da Agência de Defesa Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia.
- Lei Complementar nº 405, de 28 de dezembro 2007 - cria 15 (quinze) Unidades Locais de Sanidade Animal e Vegetal – ULSAV's, e 10 (dez) Postos Fixos, da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON;

- Lei nº 733, de 10 de outubro de 2013 – dispõe sobre a estrutura organizacional e o funcionamento da Administração Pública Estadual, extingue, incorpora e funde órgãos do Poder Executivo Estadual e dá outras providências;
- Lei nº 982, de 06 de junho de 2001 - dispõe sobre a Defesa Sanitária Animal, regulamentada através do Decreto nº 9.735, de 03 de dezembro de 2001;
- Lei nº 1.195, de 03 de abril de 2003 - altera, acrescenta e suprime dispositivos da Lei nº 982, de 6 de junho de 2001;
- Lei nº 1.367, de 26 de julho de 2004 - altera o art. 16 da Lei nº 982, de 06 de junho de 2001;
- Lei nº 888, de 21 de março de 2000 - dispõe sobre a Inspeção Sanitária e Industrial dos Produtos e Subprodutos de Origem Animal, regulamentada através do Decreto nº 9.807 de 07 de janeiro de 2002;
- Lei nº 887, de 21 de março de 2000 - dispõe sobre a Defesa Sanitária Vegetal, regulamentada através do Decreto nº 9.223 de 27 de setembro de 2000;
- Lei nº 1.841, de 28 de dezembro de 2007 - dispõe sobre a produção, comercialização, transporte, armazenamento e uso de agrotóxicos, seus componentes e afins, regulamentada pelo Decreto nº 13.563, de 14 de abril de 2008.
- Decreto nº 13.623, de 21 de maio de 2008 - cria o Conselho Estadual de Agrotóxico (CEA);
- Lei nº 1.838, de 28 de dezembro de 2007 - dá nova redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 888 de 21 de março de 2000, que dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial dos produtos e subprodutos de origem animal no Estado de Rondônia.
- Portaria nº 239/2015-IDARON/GAB-PR - cria dez Supervisões Regionais da Defesa Agropecuária.

1.3 Estrutura Organizacional Básica

A estrutura encontra-se disposta no art. 7º da Lei Complementar nº 215, de 17 de julho de 1999, *in verbis*:

(...)

Art. 7º - A estrutura organizacional básica da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON, compreende:

I - Conselho Deliberativo;

II - Conselho Fiscal;

III - Diretoria Executiva;

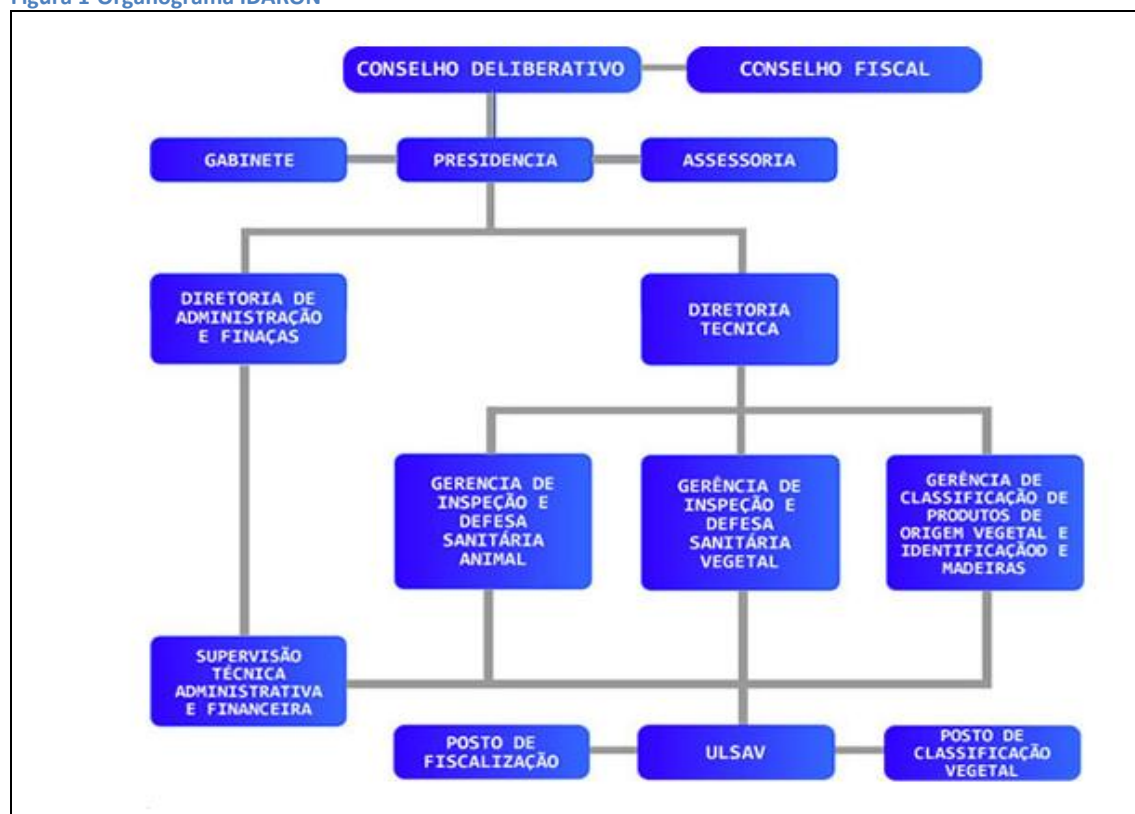
IV - Assessorias Técnicas;

V - Supervisores Técnicos, Administrativos e Financeiros;

VI - Unidades Locais de Sanidade Animal e Vegetal.

(...)

Figura 1-Organograma IDARON



Fonte: Lei Complementar nº215 de 19 de julho de 1999.

1.4 Estrutura Organizacional Específica

A estrutura específica está disposta no art. 8º da Lei Complementar nº 215, de 17 de julho de 1999, in verbis:

(...)

Art. 8º - O **Conselho Deliberativo** é um Órgão de Decisão Colegiado, assim composto:

I - Como membros natos:

- a) - Secretário de Estado da Agricultura, na qualidade de Presidente;
- b) - Presidente da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON;

II - Como membros convidados:

- a) representante da Federação de Agricultura do Estado de Rondônia - FAERON;
- b) representante da Superintendência Federal de Agricultura no Estado de Rondônia – SFA/RO;
- c) representante do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Rondônia - CRMV-RO;
- d) representante da Federação dos Trabalhadores da Agricultura - FETAGRO;

- e) representante da Federação do Comércio do Estado de Rondônia - FECOMÉRCIO;
 - f) representante da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia - FIERO;
 - g) representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de Rondônia - CREA - RO;
 - h) representante das Associações de Criadores do Estado de Rondônia;
 - i) representante do Fundo Emergencial de Febre Aftosa do Estado de Rondônia - FEFA.
 - j) representante da Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia - EMATER;
 - k) representante do Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Estado de Rondônia.
- § 1º - Cada membro do Conselho Deliberativo terá seu respectivo suplente, indicado pelo representante do respectivo órgão, e nomeado pelo Governador do Estado.
- § 2º - Os membros do Conselho Deliberativo serão substituídos, em suas ausências e impedimentos eventuais, pelos respectivos suplentes.
- § 3º - A estrutura e funcionamento do Conselho Deliberativo constarão do respectivo Regimento, a ser pelo mesmo aprovado e homologado pelo Governo do Estado.
- Art. 9º - A participação no Conselho Deliberativo não será remunerada, sendo considerado serviço público relevante.

1.5 Administração Sistêmica de Execução Programática

A execução programática está prevista no art. 12º da Lei Complementar nº 215, de 17 de julho de 1999, *in verbis*:

(...)

Art. 12 - Compreendem as seguintes Assessorias Técnicas:

I - Assessoria Jurídica;

II - Assessoria Administrativa e de Execução Financeira;

III - Assessoria de Planejamento e Programação Orçamentária;

IV - Assessoria de Inspeção e Defesa Sanitária Animal;

V - Assessoria de Inspeção e Defesa Sanitária Vegetal;

VI - Assessoria de Classificação de Produtos de Origem Vegetal e Identificação de Madeiras.

1.6 Rol dos Responsáveis

A Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON, no exercício de 2016, apresentou em seu quadro funcional os seguintes responsáveis:

Quadro 1 - Qualificação dos Responsáveis

Nome:	JOSÉ ALFREDO VOLPI (10/02/2015 – 01/06/2016)
Cargo/Função:	Presidente
CPF Nº:	203.085.402-63
Endereço	Rua Helenita Ferreira de Sousa, 1089, Setor 01 – Buritis/RO
Nome:	ANSELMO DE JESUS ABREU (a partir de 15/06/2016)
Cargo/Função:	Presidente
CPF Nº:	325.183.740-49
Endereço:	Zona rural, linha 018, s/n CEP 76.914-899 - Ji-Parana/RO
Nome:	AVENILSON GOMES DA TRINDADE
Cargo/Função:	Diretor Executivo.
CPF Nº:	461.898.909-20
Endereço	Rua Francisco Coelho Filho, Nº 2582, São João Bosco – Porto Velho/RO.
Nome:	AMAURI GUEDES DE FREITAS (02/03/2015 a 01/04/2016)
Cargo/Função:	Diretor de Administração e Finanças
CPF Nº:	203.085.402-63
Endereço	Rua Papoulas, nº 02120, ST 4, CEP: 76.873-480. Ariquemes/RO
Nome:	RAIMUNDO NONATO ALVES DE ARAUJO (18/04/2016 a 23/01/2017)
Cargo/Função:	Diretor de Administração e Finanças
CPF Nº:	146.111.632-53
Endereço	Rua Felipe dos Santos, 8286 – JK Porto Velho/RO
Nome:	CAROLINE ARAUJO CADAMURO FERREIRA
Cargo/Função:	Diretora Técnica
CPF Nº:	709.591.022-72
Endereço:	Rua Jamary, 1713, Olaria. Porto Velho/RO

Fonte: IDARON-Março 2016.

2 GESTÃO ADMINISTRATIVA

2.1 Condições Estruturais

A Agência IDARON possui uma estrutura oficial consubstanciada em uma Unidade Central sediada em Porto Velho, 10 (dez) Áreas de Supervisão Técnica Administrativa e Financeira¹. Subordinadas às supervisões, estão 50 (cinquenta) Unidades Locais de Sanidade Animal e Vegetal – ULSAV's, 34 (trinta e quatro) Escritórios de Atendimento à Comunidade - EAC, 05 (cinco) Postos Permanentes de classificação de grãos (arroz, milho feijão) e 1 (um) de café, 09 (nove) Postos Fixos de Fiscalização de Trânsito, 04 (quatro) Postos Fluviais de Fiscalização, abrangendo os 52 (cinquenta e dois) municípios do Estado, áreas de divisas com os estados do Acre, Mato Grosso e Amazonas, bem como com a fronteira com a República da Bolívia.

Para melhor visualização, as Áreas de Supervisão Técnica Administrativa e Financeira estão representadas no mapa a seguir.

Mapa 1- Mapa de abrangência por área de supervisão da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON, 2016



Fonte: GIDSA- IDARON

¹ Portaria nº 239/2015-IDARON/GAB-PR – Cria 10 Supervisões Regionais da Defesa Agropecuária.

Para a Agência IDARON, as unidades descentralizadas são nomeadas Unidades Locais de Sanidade Animal e Vegetal – ULSAVs. No conceito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, são denominadas **Unidades Veterinárias Local - UVL** e **Escritórios de Atendimento a Comunidades – EAC**, conforme enunciados abaixo.

As UVLs são entendidas como a estrutura de gestão de vigilância veterinária associada a um espaço geográfico sob a responsabilidade de um ou mais médicos veterinários do serviço oficial; pode agrupar um ou mais municípios e um ou mais escritórios de atendimento a comunidade. A estrutura de gestão da UVL deve dispor de recursos físicos, financeiros, humanos, e legais suficientes para o desenvolvimento das atividades de defesa sanitária animal no seu âmbito geográfico. A presença de um médico veterinário do serviço oficial é condição necessária para constituição de uma UVL.

Assim, o número dessas unidades não pode ser superior ao número de médicos veterinários disponíveis para as atividades de campo.

Os EACs são entendidos como a base física e estrutural presente nos municípios e são nesses escritórios que estão arquivadas as fichas sanitárias das propriedades rurais e onde são realizados os registros de vacinação e de emissão de GTA, entre outras atividades, sendo que um desses escritórios deve representar a sede de uma determinada unidade veterinária local. Representa, portanto, a estrutura direta de atendimento à comunidade, podendo existir mais de um escritório por município.

De acordo com os conceitos apresentados acima e da composição e lotação do seu quadro de pessoal, a Agência define quais ULSAVs serão UVLs e EACs, modificando sua estrutura periodicamente. Das 85 (oitenta e cinco) ULSAV's, considerando os critérios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, 53 (cinquenta) são consideradas Unidades Veterinárias Locais e 32 (trinta) são consideradas Escritórios de Atendimento à Comunidade.

Salienta-se que além das informações acima descrita, a IDARON desenvolve suas atividades utilizando-se de uma estrutura de defesa sanitária composta de 10 (dez) postos fixos de fiscalização terrestres e 04 (quatro) postos fluviais de fiscalização.

Ressalte-se que, muito embora existam 07 (sete) supervisões regionais legalmente constituídas, todo o planejamento, monitoramento e avaliação das atividades da IDARON inseridas no Plano Plurianual, está alicerçado nas 10 (dez) regionais instituídas pela Lei complementar 414/2007, conforme se observa no quadro seguinte:

Relatório de Atividades IDARON-2016

Quadro 2-Demonstrativo da Estrutura Física Descentralizada-2012, conforme LC 414/2007 (continua)

REGIÃO	MUNICÍPIO	ESPECIFICAÇÃO			
		UNIDADE VETERINÁRIA LOCAL	ESCRITÓRIO DE ATENDIMENTO À COMUNIDADE	POSTO FIXO DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	POSTO FLUVIAL DE FISCALIZAÇÃO
UNIDADE CENTRAL(Inserida na Região I)					
I - PORTO VELHO = 16	Porto Velho	Porto Velho			
		Jacy-Paraná		Km 42,5-BR 319	
			União Bandeirante	Km 130 - BR 319	
			Calama	Calama	
		Nova Califórnia			
		Vista Alegre do Abunã			
		Rio Pardo		Tucandeira	
		Extrema de Rondônia			
	Candeias do Jamari	Candeias	Triunfo		
	Itapuã do Oeste	Itapuã			
II - ARIQUEMES = 09	Ariquemes	Ariquemes			
	Alto Paraíso	Alto Paraíso			
	Buritis	Buritis			
	Cacaulândia		Cacaulândia		
	Cujubim	Cujubim			
	Campo Novo de RO		Campo Novo de RO		
			Rio Branco		
	Rio crespo		Rio Crespo		
Monte Negro	Monte Negro				
III - JARU = 11	Jarú	Jarú	Tarilândia		
			Bom Jesus		
			5º BEC		
	Gov. J.Teixeira	Gov. Jorge teixeira	Colina Verde		
	Theobroma	Theobroma	Palmares do oeste		
	Vale do Anari	Vale do Anari			
	Machadinho D'Oeste	Machadinho D'Oeste		Balsa - MA 28	

Relatório de Atividades IDARON-2016

Quadro 2-Demonstrativo da Estrutura Física Descentralizada-2012, conforme LC 414/2007 (continuação)

REGIÃO	MUNICÍPIO	ESPECIFICAÇÃO			
		UNIDADE VETERINÁRIA LOCAL	ESCRITÓRIO DE ATENDIMENTO À COMUNIDADE	POSTO FIXO DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	POSTO FLUVIAL DE FISCALIZAÇÃO
IV - OURO PRETO D'OESTE = 06	Ouro Preto D'Oeste	Ouro Preto D'Oeste	Rondonias		
	Mirante da Serra	Mirante da Serra			
	Nova União		Nova União		
	Vale do Paraíso	Vale do Paraíso	Santa Rosa		
V - JI-PARANÁ = 09	Ji-Paraná	Ji-Paraná		Nova Colina	
		Nova Colina			
			Nova Londrina		
	Alvorada D'Oeste	Alvorada D'Oeste			
	Teixeirópolis		Teixeirópolis		
	Presidente Médici	Presidente Médici	Estrela de Rondônia		
VI - CACOAL = 09	Urupá	Urupá			
	Cacoal	Cacoal			
	Ministro Andreaza		Ministro Andreaza		
	Espigão D'Oeste	Espigão D'Oeste	Boa Vista do Pacarana		
	Pimenta Bueno	Pimenta Bueno			
	Primavera de RO	Primavera de RO			
	São Felipe	São Felipe			Quero-Quero III
VII - VILHENA = 11	Parecis	Parecis			
	Vilhena	Vilhena		Vilhena	
	Chupinguaia	Chupinguaia	Boa Esperança		
			Novo Plano		
	Colorado D'Oeste	Colorado D'Oeste			
	Cerejeiras	Cerejeiras			
	Cabixi	Cabixi			
VIII - ROLIM DE MOURA = 13	Pimenteiras	Pimenteiras			Quero-Quero II
	Corumbiara	Corumbiara			
	Rolim de Moura	Rolim de Moura	Nova Estrela		
	Novo Horizonte D'Oeste	Novo Horizonte D'Oeste	Migrantinópolis		
	Santa Luzia D'Oeste	Santa Luzia D'Oeste			
	Alto Alegre dos Parecis	Alto Alegre dos Parecis			
	Nova Brasilândia D'Oeste	Nova Brasilândia D'Oeste			
	Castanheiras	Castanheiras			
	Alta Floresta D'Oeste	Alta Floresta D'Oeste	Porto Rolim do Guaporé	Porto Rolim do Guaporé	Quero-Quero I
			Izidolândia		

Quadro 2-Demonstrativo da Estrutura Física Descentralizada-2012, conforme LC 414/2007 (conclusão)

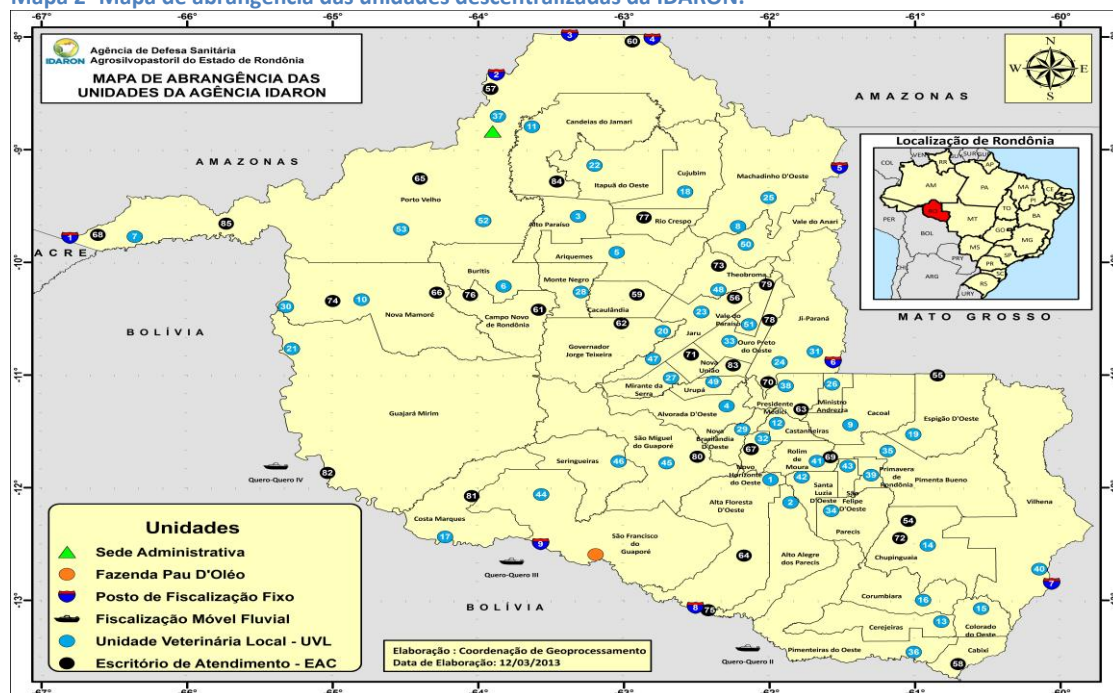
REGIÃO	MUNICÍPIO	ESPECIFICAÇÃO			
		UNIDADE VETERINÁRIA LOCAL	ESCRITÓRIO DE ATENDIMENTO À COMUNIDADE	POSTO FIXO DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	POSTO FLUVIAL DE FISCALIZAÇÃO
IX - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ = 09	São Franc. do Guaporé	São Franc. do Guaporé		Santo Antônio	
	Costa Marques	Costa Marques	São Domingos		Quero-Quero III
	São Miguel do Guaporé		Santana do Guaporé		
			São Miguel do Guaporé		
X - GUAJARÁ-MIRIM = 07	Seringueiras	Seringueiras			
	Nova Mamoré	Nova Mamoré	Palmeira		
			Nova Dimensão		
			Jacínópolis		
	Guajará-Mirim	Guajara-Mirim	Surpresa		Quero-Quero IV
TOTAL	52	50	34	09	4

Fonte: GIDSA, IDARON -Março 2013

Elaboração: Setor de Planejamento

Para visualizar melhor, a forma de atuação da IDARON em todo o Estado, foi elaborado o mapa a seguir, onde estão demonstradas todas as Unidades Descentralizadas da Agência e sua localização no Estado.

Mapa 2- Mapa de abrangência das unidades descentralizadas da IDARON.



Fonte: Setor de Geoprocessamento, Março-2014

Nota-se que em todos os municípios do Estado de Rondônia existem ao menos uma ULSAV como forma de atuação da Agência IDARON na intenção de exercer sua função institucional. Especificamente, percebe-se que os Postos de Fiscalização Fixos localizam-se nas divisas do Estado, visando contribuir com as ações e programas institucionais.

2.2 Parcerias

A celebração de novos convênios e termos de cooperação técnica, bem como a manutenção dos já firmados, apresentados a seguir, foram de suma importância para a ampliação das ações de defesa sanitária agropecuária desenvolvidas ao longo do ano de 2008 e que perduraram no exercício de 2015.

Isto se deve principalmente aos termos e convênio firmados junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, através dos quais foram disponibilizados diversos equipamentos, bem como a aquisição de materiais permanentes e de consumo para o desenvolvimento das atividades precípuas da IDARON. Relevantes também foram às parcerias com órgãos de defesa sanitária dos estados vizinhos, permitindo o desenvolvimento de ações conjuntas em determinadas áreas de divisas, diminuindo a possibilidade do surgimento de enfermidades e/ou pragas.

Para melhor clareza dessas parcerias, estão relacionados a seguir os Convênios, Termos de Cooperação Técnica e Contratos de Prestação de Serviços firmados de 2005 a 2015.

Termos de Cooperação Técnica e Convênios com ou sem Transferência Voluntária firmados nos anos de 2005 a 2015

- 1) Termo de Cooperação Técnica nº 003/2006, firmado em 20 de dezembro de 2006, entre a **AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA – IDARON** e o **INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO MATO GROSSO – INDEA**, que tem como objetivo desenvolver em conjunto as ações articuladas para a execução de atividades inerentes à Defesa Sanitária Animal com ênfase ao Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa – PNEFA, objetivando a inclusão das propriedades delimitadas nas imediações da BR-174, incluindo as propriedades que estejam até 3.000 (três mil) metros da linha divisória entre os Estados de Rondônia e Mato Grosso, no município de Juína, Estado do Mato Grosso, tendo por base a(s) coordenada(s) de satélite da sede da(s) propriedade(s), bem como as propriedades inclusas à margem direita da BR-174 até o Km 60, incluindo a Gleba Iquê e Setor Tolueri Nazé, até o limite com a reserva indígena, no município de Comodoro, Estado do Mato Grosso, com prazo de vigência indeterminado.
- 2) Convênio firmado em 24 de abril de 2007, entre a **AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA – IDARON**

e o **CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE CUIABÁ-MT**, que tem como objetivo estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessões de estágios curriculares, aos estudantes da Instituição de Ensino, regularmente matriculados e com a efetiva frequência, entendido o estágio como estratégia da profissionalização, que complementa o processo de ensino aprendizagem, com prazo de vigência indeterminado.

- 3) Termo de Cooperação Técnica nº 004/2007, firmado em 21 de agosto de 2007, entre a **AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA – IDARON** e o **INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESTADO DO ACRE – IDAF**, que tem como objetivo desenvolver em conjunto as ações articuladas para a execução de atividades inerentes à fiscalização sanitária na área da divisa entre os Estados de Rondônia e Acre, na altura do Km 114, da BR-364, município de Acrelândia, Estado do Acre, com prazo de vigência indeterminado.
- 4) Termo de Acordo de Cooperação firmado em 12 de fevereiro de 2008, entre a **AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA – IDARON** e a **FACULDADE DE CIÊNCIAS GERENCIAIS DE VILHENA**, que tem como objetivo estabelecer as condições básicas para realização de estágio supervisionado, junto à Agência, por estudantes matriculados na Instituição de Ensino.
- 5) Termo de Cooperação Técnica nº 001/2008, firmado em 28 de março de 2008, entre a **AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA – IDARON** e a **SECRETARIA DO ESTADO DE PRODUÇÃO RURAL DO ESTADO DO AMAZONAS – SEPROR**, com o objetivo de desenvolver em conjunto as ações articuladas para a execução de atividades inerentes à Defesa Sanitária Animal com ênfase ao Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa – PNEFA, objetivando a inclusão das propriedades delimitadas no município de Lábrea, Estado do Amazonas, que se localizam ao norte da BR-364, com prazo de vigência indeterminado.
- 6) Termo de Cooperação Técnica nº 002/2008, firmado em 28 de março de 2008, entre o **INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO MATO GROSSO – INDEA**, a **AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA – IDARON** e a **SECRETARIA DO ESTADO DE PRODUÇÃO RURAL DO ESTADO DO AMAZONAS – SEPROR**, com o objetivo de executar ações compartilhadas inerentes à fiscalização do trânsito de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, no Posto Fiscal “Estanho”, localizado na rodovia MT-206, próximo às

divisas dos Estados de Rondônia e Amazonas, com prazo de vigência indeterminado.

- 7) Convênio firmado em 10 de novembro de 2014 entre a **EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA** e a **AGÊNCIA DE DEFESA AGROSILVOPASTORIL DE RONDÔNIA – IDARON**, que tem por objetivo o estabelecimento de condições básicas de cooperação entre as partes visando especialmente definir, planejar, coordenar e executar estudos, levantamentos, pesquisas, capacitações, planos e programas destinados ao aprofundamento do conhecimento técnico-científico, no âmbito da agricultura, pecuária, silvicultura, e demais áreas afins, bem como nas áreas de desenvolvimento institucional, classificação de produtos e defesa sanitária animal e vegetal, com prazo de vigência de cinco anos.
- 8) Termo de Cooperação Técnica, firmado em 10 de maio de 2008, entre o **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA** e a **AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA – IDARON**, que tem como objetivo a conjugação de esforços entre os partícipes, no desenvolvimento e execução de ações diretamente ligada aos trabalhos na área de fiscalização de trânsito de Defesa Sanitária Animal e Vegetal nas barreiras móveis e fixas em todo o Estado de Rondônia. Para tal é disponibilizado pelo Ministério – MAPA, 56 (cinquenta e seis) equipamentos de comunicação móvel AUTOTRACK, devidamente instalados em veículos da IDARON, efetivamente envolvidos na fiscalização em defesa sanitária animal e vegetal.
- 9) Convênio firmado em 03 de julho de 2008, entre o **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA** e a **AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DE RONDÔNIA – IDARON**, com prazo de vigência até 31 de dezembro de 2008, aditivado o prazo de vigência até 06 de maio de 2009, que tem como objetivo, mediante a conjugação de esforços dos partícipes, apoiar a manutenção e ampliação do sistema de Vigilância Epidemiológica e Educação em Defesa Sanitária Animal, mediante a execução descentralizada, em nível estadual, de ações delegáveis e inerentes à modernização e ao desenvolvimento institucional dos serviços de saúde animal, com vistas, principalmente, a assistir a comunidade envolvida na definição do nível de proteção adequada, através da organização de medidas relacionadas à oferta e ao uso de tecnologias apropriadas, de insumos assegurados, de serviços técnicos especializados e de metodologias de identificação dos perigos, riscos e efeitos adversos à população dos animais, inclusive seus impactos à saúde humana e ao meio ambiente, necessárias a promoção, a manutenção e

recuperação da saúde dos animais, indicados no Plano de Trabalho, por meio de Unidades Locais de Sanidade Animal e Vegetal; Postos Fixos e Móveis de Vigilância Agropecuária; da análise de riscos, compreendendo a avaliação (identificação do perigo, caracterização do perigo, avaliação de exposição do perigo e caracterização do risco); gestão e comunicação do risco; de rede de informações do Sistema de Defesa Agropecuária; da apropriação dos recursos naturais em uma forma sustentável de atividade econômica; da contribuição para o planejamento adequado da infraestrutura local; e da gerência das políticas públicas com efetividade.

- 10) Termo de Convênio, firmado em 13 de agosto de 2008, entre a **AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA – IDARON** e a **UNIVERSIDADE CAMILO CASTELO BRANCO**, que tem como objetivo estabelecer as condições básicas para realização de estágio supervisionado, junto à Agência, por estudantes matriculados na Instituição de Ensino.
- 11) Contrato de Prestação de Serviços, firmado em 20 de agosto de 2008, entre a **AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA – IDARON** e a **COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB**, que tem como objetivo a prestação de serviços especializados, pela Agência IDARON, em classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico para a CONAB.
- 12) Termo de Cooperação Técnica, firmado em 28 de novembro de 2008, entre o **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA** e a **AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA – IDARON**, que tem como objetivo a conjugação de esforços entre os partícipes no desenvolvimento e execução de ações diretamente ligadas aos trabalhos na área de fiscalização de trânsito de Defesa Sanitária Animal nas Unidades Locais de Sanidade Animal e Vegetal – ULSAV's, Postos Fixos e Móveis de Vigilância Agropecuária, barreiras móveis e fixas em todo o Estado de Rondônia, com o intuito de fortalecer as ações e as políticas federal e estadual de Defesa Sanitária Animal. Para a execução do objeto do acordo, o Ministério, através da SFA-RO, disponibilizou à Agência IDARON bens permanentes e de consumo, adquiridos e de propriedade da SFA/RO.
- 13) Termo de Acordo de Cooperação, firmado em 22 de dezembro de 2008, entre a **AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA – IDARON** e a **ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE COLORADO DO OESTE**, que tem como objetivo estabelecer as condições

básicas para realização de estágio supervisionado, junto à Agência, por estudantes matriculados na Instituição de Ensino.

- 14) Termo de Cooperação Técnica 001/2011, firmado entre Estado de Rondônia e o Estado do Amazonas, por intermédio da **AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA - IDARON E SECRETARIA DE ESATDO DA PRODUÇÃO RURAL DO ESTADO DO AMAZONAS – SEPRO**, tendo como objeto o desenvolvimento em conjunto das ações articuladas para a execução de atividades inerentes a Defesa Santiária Animal com ênfase no Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa, em duas áreas distintas denominadas Zona Livre de Lábrea e Zona Livre de Camutama.
- 15) Convênio nº 822573/2015 firmado em 31 de dezembro de 2015, entre o **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA** e a **AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DE RONDÔNIA – IDARON – Área animal**, no valor de R\$ 3.654.737,00, tendo como objeto o apoio à reestruturação e implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) e o Fortalecimento das Ações de Defesa Agropecuária.
- 16) Parceria MAPA/LANAGRO de Belém, para análise de amostras de sementes de Forrageiras e grandes culturas coletadas pelos Fiscais Estaduais da IDARON em todo Estado.
- 17) Parceria com INPEV para realização de atividades do **Dia Nacional do Campo Limpo**, com a realização de concurso de redação e desenho nas Escolas da rede Estadual e Municipal.
- 18) Contrato de Prestação de Serviço com a CONAB, para classificação de produtos adquiridos pelo Programa Compra Direta das Agricultura Familiar-CDAF, como o Feijão.
- 19) Termo de Cooperação Técnica entre Bahia e Rondônia, para intensificação de ações de defesa sanitária animal e vegetal, inspeção de produtos de origem agropecuária e do desenvolvimento sustentável da Cacaucultura.

Também continua em vigor o Convênio de Sanidade Animal em áreas de fronteira Brasil/Bolívia, promulgado pelo Decreto nº 83.309, de 04 de abril de 1979; no Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica entre as autoridades sanitárias da República Federativa do Brasil e da República da Bolívia, de 27 de março de 2003; e na Portaria nº 051 – SDA/MAPA, de 07 de agosto de 2003, na qual cria um grupo coordenador das atividades a serem executadas na Região de Fronteira entre a República Federativa do Brasil e a República da Bolívia, que venham buscar solução

para resolver os problemas suscitados na referida fronteira visando à erradicação da Febre Aftosa.

Nesta óptica, entendimentos outros então sendo mantidos no sentido de alargar as fronteiras das parcerias, buscando minorar os custos, concomitantemente com a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

2.3 Setor de Transportes

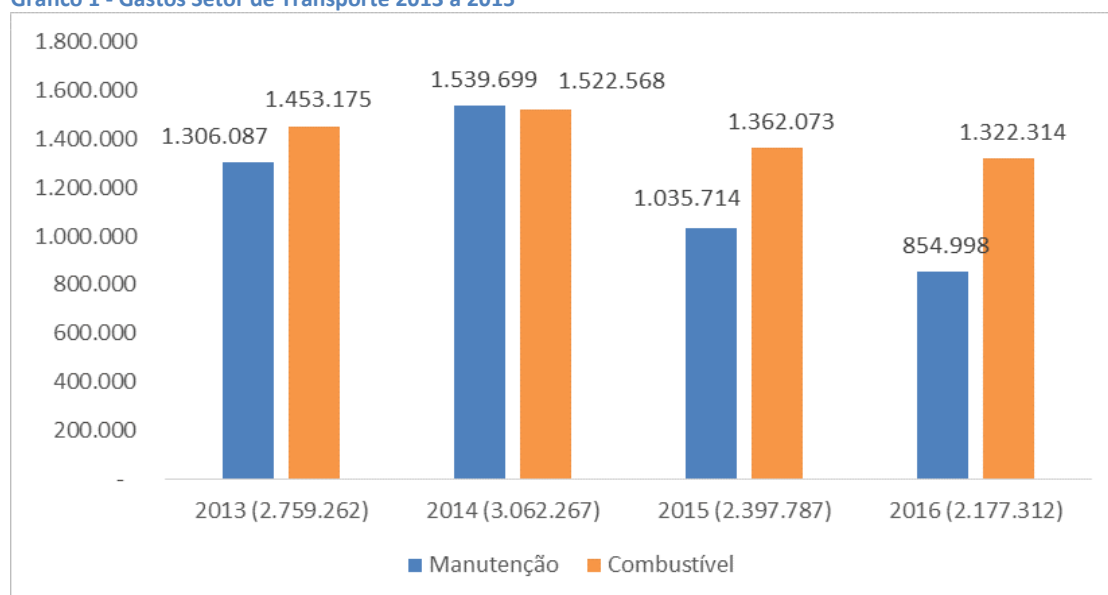
O Setor de Transporte da IDARON tem como função manter o controle de toda a infraestrutura de veículos no que se refere à localização, manutenção preventiva e corretiva, combustível.

Em função da vasta capilaridade das ações de inspeção e defesa sanitária, agropecuária, desenvolvidas pela IDARON, a logística de transporte (terrestre, fluvial e aérea) se reveste da mais alta importância, pois, muitas das vezes, a plenitude das ações de cunho finalístico dependem diretamente da eficácia do setor de transporte.

2.3.1 Gasto Anual com Manutenção e Abastecimento da Frota

No exercício 2016, o dispêndio com a logística de transporte (abastecimento de combustíveis e serviços de manutenção com troca de peças) apresentou um montante de R\$ 2.361.000,00 (dois milhões e trezentos e sessenta e um mil reais), comparando esses valores com 2015, R\$ 2.177.312,00 (dois milhões, cento e setenta e sete mil e trezentos e doze reais), verifica-se que foi mantida a economia implementada desde o início de 2015.

Gráfico 1 - Gastos Setor de Transporte 2013 a 2015

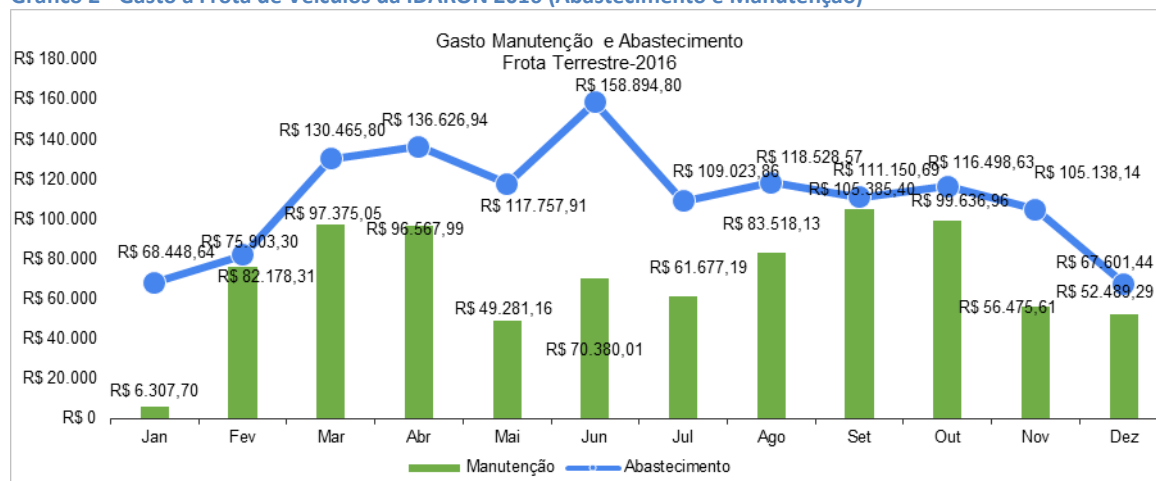


Fonte: Setor de Transporte, IDARON, Março.2017

Adaptação: Setor de Planejamento

Conforme gráfico abaixo, analisando o comportamento dos gastos mensais com manutenção e abastecimento, percebe-se que esses gastos, apresentam picos ascendentes: em abril, devido início da campanha de vacinação contra febre aftosa e em junho, devido à campanha de vacinação na região de fronteira com a Bolívia.

Gráfico 2 - Gasto a Frota de Veículos da IDARON 2016 (Abastecimento e Manutenção)



Fonte: Setor de Transporte, IDARON, Março.2017

Adaptação: Setor de Planejamento

2.3.2 Composição da Frota

A logística de transporte nas ações de defesa agropecuária abrange a totalidade da área do Estado de Rondônia, em seus 237.576 Km², incluindo as divisas com os estados do Amazonas e Mato Grosso, prestando o devido apoio às 53 (cinquenta e três) Unidades de Atenção Veterinária, 32 (trinta e dois) Escritórios de Atendimento ao Produtor, 10 (dez) Postos Fixos de Fiscalização e 04 (quatro) Postos fluviais de Fiscalização. O apoio do setor de transporte abrange ainda os 1.444 km de fronteira com a República da Bolívia, onde a IDARON expande suas tendas, adentrando, em algumas localidades, em até 40 km em território estrangeiro para apoiar a vacinação do rebanho boliviano, com vistas a melhor proteger o rebanho nacional. A figura a seguir espelha a diversidade de meios utilizados na logística de apoio às ações finalísticas desta Autarquia.

Figura 2- Composição da Frota –IDARON



Fonte: Setor de Transporte IDARON- Março 2017

Adaptação: Setor de Planejamento

A existência de uma frota diversificada se justifica diante da especificidade das atividades do Órgão, aliada à diversidade de acesso a determinados locais de trabalho da área finalística, o que enseja a pronta disponibilidade de meios de locomoção apropriada. Ou seja: para cada atividade de vigilância sanitária, utiliza-se, dentro do possível, veículo com características técnicas que proporcione o melhor desempenho daquela atividade fim. Exemplificando: Em determinados meses do ano, só se chega a algumas localidades ribeirinhas com a utilização de um motor de 15 HP, em virtude da baixa lâmina de água existente. Noutras situações o uso da aeronave é a mais apropriada, pela ampla visibilidade.

Dessa forma, ao se integrar, simplesmente, com as gerências técnicas, a logística de transporte se reveste de relevante importância, pois se torna participante ativa na garantia da eficaz política de defesa agropecuária estadual.

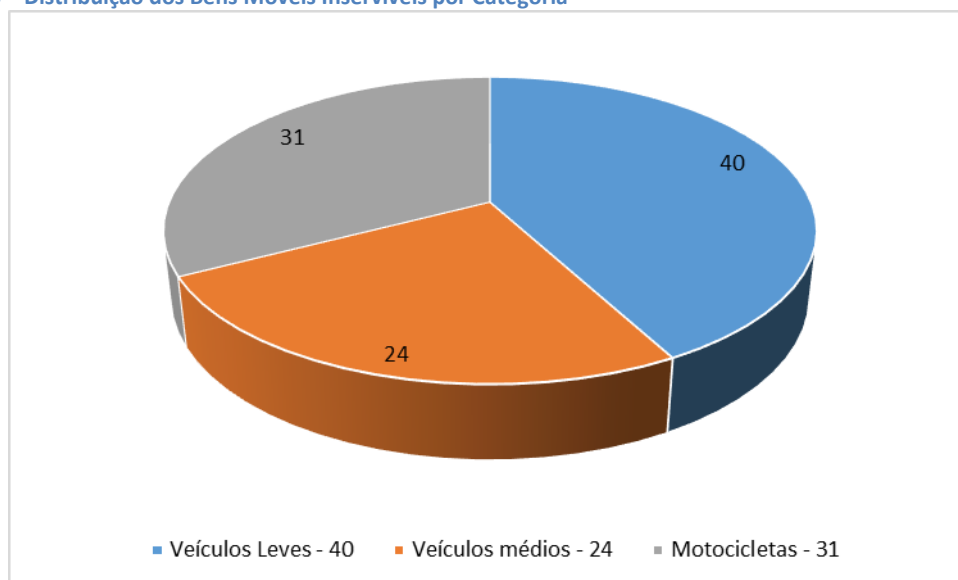
Desde sua criação, existe a preocupação de um contínuo redimensionando da frota, quer sejam através de substituições ou ampliações de sua estrutura, com vistas a ter sempre veículos em plenas condições de funcionamento nas quantidades necessárias.

Deve-se ressaltar que ao longo desses anos o Governo Federal, através do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA foi o principal financiador das aquisições de veículos em geral, firmando com a IDARON diversos convênios.

Atualmente a infraestrutura modal da frota da IDARON, é composta por 562 bens distribuídos assim: 100 veículos do tipo leve; 152 veículos médios, 3 veículos pesados, 171 motocicletas, 10 trailers, 40 barcos e lanchas, 37 carretas semirreboque, 44 motores de popa, 04 embarcações de grande porte (fiscalização fluvial) e 1 Aeronave Ultraleve Anfíbia.

Atualmente possuímos 105 veículos inservíveis. Considerando o total da frota, há de se considerar que, boa parte se encontra em estado precário, dado o elevado tempo de uso. No último Relatório de Atividades foi-se sugerido levar os mesmos à leilão. Após composição de comissão e respectiva avaliação, estamos apenas aguardando conclusão de processo para levar os veículos listados abaixo para leilão:

Gráfico 3 – Distribuição dos Bens Móveis Inservíveis por Categoria

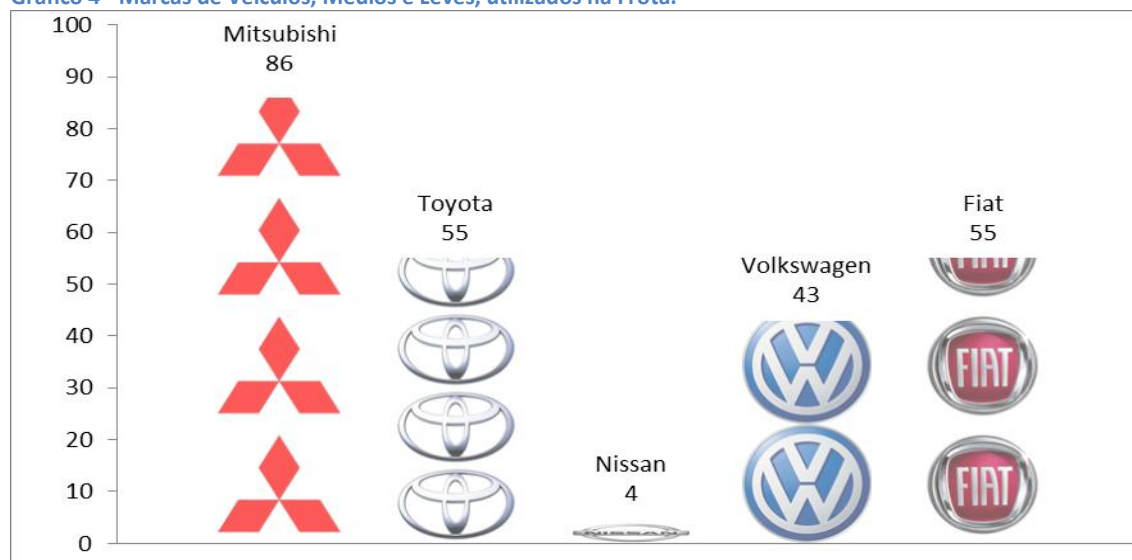


Fonte: Setor de Transporte, Março-2017

Elaboração: Setor de Planejamento

A frota de veículos terrestre é composta por varias marcas: Honda, Yamaha, Mitsubishi, Toyota, Nissan, Volkswagen, Renault, Peugeot, Ford e Fiat, conforme gráfico abaixo. Com o aprimoramento das informações (maior controle informatizado de gastos), poderá se extrair, já no médio prazo, dados estatísticos confiáveis, que servirão de base para a construção de um Plano Diretor para a área de transporte.

Gráfico 4 - Marcas de Veículos, Médios e Leves, utilizados na Frota.



Fonte: Setor de Transporte, Março-2017

Elaboração: Setor de Planejamento.

A IDARON, em face das características de suas atividades serem de caráter sistemático e contínuo, requer, da logística de transportes, uma presença a priori e concomitante, em diversas localidades do Estado.

Desde a sua criação desta Agencia, até o ano de 2011, a questão que envolve a frota de veículos desta Agência (abastecimento, e serviços de manutenção) tem sido alvo de constante inquietação, em face das dificuldades que eram encontradas, porem a partir do ano de 2012, houve uma mudança significativa no que se refere aos serviços de abastecimento e manutenção conforme se especifica:

No tocante ao abastecimento de combustíveis, é realizado através de sistema de gerenciamento, operado com cartão eletrônico magnético junto à rede de postos credenciados com a empresa ECOFROTAS.

No que concerne aos serviços de manutenção, preventiva e corretiva da frota de veículos embarcações e maquinários, desde o ano de 2012 até julho de 2015 o contrato era com a empresa VALE CARD, logo em seguida, no mês de agosto, iniciou-se um novo contrato com o mesmo objeto com a empresa ECOFROTAS, operacionalizado através de sistema eletrônico de autogestão em rede de estabelecimentos credenciados (oficinas).

Lembramos que os 2 (dois) contratos (manutenção e abastecimento) foram celebrados entre Governo do Estado e empresa ECOFROTAS, fiscalizados rigorosamente pela Superintendência de Gestão de Gastos Públicos Administrativos – SUGESPE. Ressaltamos que, em 01/06/2016, na Assembleia Geral Extraordinária, houve cisão das empresas TICKET SERVIÇOS S.A, sob denominação de ECOFROTAS e EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIOS HAAG S.A (EMBRATEC) e, dentre outras alterações, houve a mudança para o nome TICKET SOLUÇÕES HDFGT S.A, com nome fantasia TICKET LOG.

Diante dessas medidas saneadoras tomadas pelo Governo do Estado desde o ano de 2012, a logística de transporte experimentou significativos avanços, pois pela vez primeira, se tem cobertura contratual, confiável, nas áreas de abastecimento e manutenção de veículos, com abrangência em todo o Estado. Eventuais demandas ocorridas em localidades de difícil acesso terão garantias de atendimento em localidade mais próxima, o que contribuirá sobremaneira para o atingimento dos objetivos da logística de transporte deste Órgão.

Com essas novas ferramentas de gestão, abre-se a possibilidade para a geração de diversos relatórios gerenciais, com maior precisão e rapidez, auxiliando, sobremaneira, na tomada de decisão em assuntos relacionados à logística de transporte da IDARON.

Por fim, informamos que durante o exercício de 2016, não houve aquisição de novos veículo para compor a frota desta Agencia IDARON.

2.4 Setor de Pagamentos Diversos

O Setor de Pagamentos Diversos tem como finalidade acompanhar todos os processos de administrativos da área financeira da IDARON, controlar alguns contratos específicos e elaborar projetos básicos e justificativas de compras para as aquisições de custeio e capital.

As principais modalidades para aquisição de bens utilizada pela IDARON são Pregão Eletrônico e Dispensa. Para o exercício de 2016, tem-se os seguintes valores discriminados abaixo:

Quadro 3 - Quadro de Aquisições por Modalidade de Aquisição – 2016

MODALIDADE	DESCRIÇÃO	
	OBJETO	VALOR PAGO
PREGÃO	GÁS BUTANO	R\$ 4.686,20
PREGÃO	MAT LIMPEZA	R\$ 28.230,40
PREGÃO	ÁGUA MINERAL	R\$ 3.465,60
PREGÃO	PASSAGENS AÉREAS	R\$ 28.917,19
PREGÃO	PASSAGENS TERRESTRES	R\$ 3.994,60
PREGÃO	MAT. GRÁFICO	R\$ 127.365,26
PREGÃO	MANUTENÇÃO AERONAVE	R\$ 14.172,41
PREGÃO	COMBUSTIVEL AVIAÇÃO	R\$ 75.100,00
PREGÃO	MAT. CONSUMO GIDSA	R\$ 38.879,50
PREGÃO	MAT. PERMANENTE GIDSV	R\$ 7.997,90
INEXIGIBILIDADE	TAXAS DETRAN	R\$ 166.738,04
INEXIGIBILIDADE	TAXAS AEROPORTUÁRIAS	R\$ 325,96
PREGÃO	MAT. ELÉTRICO	R\$ 3.383,25
PREGÃO	CAPITAL APOIO	R\$ 484.120,93
DISPENSA	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	R\$ 3.700,00
PREGÃO	AÇÚCAR	R\$ 10.500,00
DISPENSA	CONFECÇÃO DE PLACAS	R\$ 5.855,00
DISPENSA	LIMPEZA DE POÇO	R\$ 980,00
DISPENSA	MAT. DE CONSTRUÇÃO	R\$ 4.976,70
PREGÃO	CONFECÇÃO DE CARIMBOS	R\$ 4.165,80
PREGÃO	SERVIÇOS DE BOLETINS JURIDICOS	R\$ 18.900,00
DISPENSA	BATERIA DE NO-BREAK	R\$ 7.828,80
DISPENSA	ENFEITES NATALINOS	R\$ 2.137,00
TOTAL		R\$ 1.046.420,54

Fonte/elaboração: Setor de Pagamentos Diversos-IDARON 2017

No que concerne aos contratos gerenciados pelo Setor de Pagamentos Diversos, tem-se as duas tabelas a seguir, uma dos aluguéis e outra dos principais contratos.

Quadro 4- Relação de Aluguéis Gerenciados pelo Setor de Pagamentos Diversos-2016

Item	Processo	Local	Valor Anual (R\$)
1	1923.00183-00/2015	5º BEC.	2.250,00
2	2423.00606-00/2013	Alvorada D'Oeste	19.982,22
3	2423.00522-00/2012	Castanheiras.	11.631,96
4	2423.00897-00/2014	Nova estrela(R.Moura)	11.406,96
5	1923.01012-00/2014	Nova Brasilândia.	19.698,12
6	2423.00138-00/2012	Nova Dimensão.	18.832,92
7	2423.00757-00/2013	Tarilândia.	10.770,72
8	2423.00963-00/2010	Vale do Anari.	8.531,99
9	1923.00408-00/2016	Vale do Anari.	4.400,00
11	1923.00030-00/2016	Candeias do Jamari	6.800,00
12	2423.00720-00/2013	Seringueiras.	16.624,44
13	1923.00166-00/2015	Estrela de Rondônia.	13.209,00
14	2423.00667-00/2010	Parecis.	15.461,40
15	2423.00706-00/2013	Teixeirópolis.	10.518,00
16	2423.00431-00/2010	Palmares do Oeste	1.757,08
17	2423.00384-00/2010	Gov. J. Teixeira	2.729,44
18	2423.00936-00/2010	Itapuã do Oeste (ANTIGO)	8.566,67
19	1923.00548-00/2016	Itapuã do Oeste (NOVO)	4.666,60
20	1923.00813-00/2014	Vista Alegre do Abunã (PVH)	14.389,70
21	2423.00205-00/2011	Nova União	17.427,32
22	1923.00149-00/2016	Mirante da Serra	5.800,00
23	2423.00206-00/2011	Colina Verde(Gov. J. Teixeira)	5.391,47
24	1923.00874-00/2016	Colina Verde(Gov. J. Teixeira)	2.820,00
25	2423.00324-00/2011	Extrema de RO (PVH)	23.401,96
26	2423.00070-00/2012	B. Vista do Pacarana (E. do Oeste)	11.726,22
27	2423.00395-00/2011	Migrantenópolis (N.Horizonte)	8.748,42
28	1923.00588-00/2016	Migrantenópolis (N.Horizonte)	900,00
29	2423.00409-00/2011	São Miguel do Guaporé	25.703,39
30	2423.00067-00/2012	Monte Negro	18.714,24
31	2423.00579-00/2012	Ministro Andreazza	9.420,65
32	2423.00607-00/2012	Vale do Paraíso	13.430,00
33	2423.00783-00/2012	Novo Plano	9.877,33
34	2423.00586-00/2013	Rondonias	3.067,98
35	1923.00568-00/2016	Rondonias	4.591,33
36	1923.01211-00/2015	Cacaulândia	2.400,00
38	2423.00015-00/2014	Nova Califórnia	18.693,00
39	1923.00397-00/2014	Nova Londrina	12.906,00
40	2423.00041-00/2011	Almoxarifado Central	152.086,12
41	2423.00459-00/2012	Almoxarifado Anexo	98.398,56
42	1923.00926-00/2015	Santana do Guaporé	9.600,00
TOTAL			R\$ 657.331,21

Fonte: Setor de Pagamentos Diversos/Aluguéis-IDARON-Março-2017

Quadro 5-Relação de Contratos Continuados 2017

ORDEM	OBJETO DO CONTRATO	ANO CONTRATO	ÁREA¹	PERÍODO		IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATO²	EMPRESA CONTRATADA	SITUAÇÃO DO CONTRATO³	VALOR ANUAL
				INICIO	FIM				
1	Serviço de vigilância armada ostensiva 24 hs	004/2013	1	11/03/2013	11/09/2017	01.2423.00098-00/2012	Proteção Maxima Vigilância e Segurança Ltda	P	R\$ 1.229.334,60
2	Serviço de vigilância eletrônica	018/2014	1	12/10/2014	12/06/2016	01.2423.00019-00/2014	Ronda Vigilância Eletrônica Ltda - ME	E	R\$ 16.036,80
3	Serviço de manutenção de aeronave	018/2015	2	05/10/2015	05/10/2017	01.1923.00533-00/2015	Scoda Aeronautica Fab. Com. Imp. Exp. de Aeronaves	P	R\$ 121.689,59
4	Serviço de vigilância armada ostensiva 24 hs	053/2011	1	20/12/2012	20/06/2017	01.2423.00345-00/2011	FBX - Serviço de Segurança Ltda	P	R\$ 245.455,44
5	Serviço de gerenciamento de fornecimento de combustível	0296/2014	2	17/10/2014	17/10/2017	01.1923.00717-00/2014	Empresa Brasileira de Tec. E Adm. De Conv. Haag S/A	P	R\$ 1.659.389,83
6	Serviço de autogestão da frota, controle e cred. De rede esp. Em manutenção preventiva e corretiva de veículo	0059/2015	2	24/04/2015	24/04/2017	01.1923.00127-00/2015	Empresa Brasileira de Tec. E Adm. De Conv. Haag S/A	P	R\$ 1.026.917,76
7	Serviço de manutenção corretiva dos equipamentos denominados MCT's	009/2013	6	21/05/2013	21/05/2016	01.2423.00237-00/2013	Nortetrac Assistencia Técnica Aut. Representação	E	R\$ 40.000,00
8	Serviços necessários a operação de um sistema de comunicação de dados	015/2010	6	01/06/2010	01/06/2016	01.2423.00805-00/2010	Autotrac Comercio e Telecomunicações S/A	E	R\$ 180.000,00
9	Serviço de chaveiro e confecção de chaves e carimbos	009/2015	7	30/04/2015	30/04/2016	01.2423.00367-00/2013	Bid Comercial Ltda - ME	E	R\$ 4.196,00
10	Serviço de chaveiro e confecção de chaves e carimbos	008/2015	7	14/04/2015	14/04/2016	01.2423.00367-00/2013	Ita Industria e Comercio de Carimbos Ltda - EPP	E	R\$ 17.808,00
11	Serviços gráficos de fotocópias, impressão, encadernação e plastificações	005/2015	5	27/04/2015	27/04/2017	01.2423.00368-00/2013	Acronet Corporativo Comercio e Serviços Eireli - ME	P	R\$ 18.563,00
12	Serviços cobertos pela garantia incluindo o fornecimento de peças genuínas nos veículos caminhonete Mitsubishi L200 - Triton	017/2015	2	06/10/2015	06/10/2016	01.1923.01002-00/2014	LF Imports Ltda	E	R\$ 94.837,05
13	Serviço de Seleção e Disponibilização de Estagiários	026/2010	7	03/11/2010	03/05/2016	01.2423.00521-00/2010	Instituto Euvaldo Lodi- IEL	E	R\$ 431.450,40
14	Serviço de exames laboratoriais, tendo como ensaio a pesquisa de anticorpos para o vírus da Peste Suína Clássica	003/2016	7	05/02/2016	05/02/2018	01.1923.00805-00/2015	Centro de Diagnostico de Sanidade Animal - CEDISA	P	R\$ 24.140,00
15	Serviço de Análise Laboratorial	012/2016	7	12/08/2016	12/08/2017	01.1923.00675-00/2015	Teló e Duarte S/S	A	R\$ 77.110,00
TOTAL GERAL									R\$ 5.186.928,47

Fonte/Elaboração: Setor de Pagamentos Diversos, Março/2017.

Legenda

Obs.¹ : 1-Segurança /2-Transporte/3-Informática/4-Limpeza e Conservação/5-Reprografia/6-Telecomunicações/7-Apoio Administrativo e Técnico (Estagiários)/8-Fornecimento de Serviços Público (Energia/Água)

Obs.² : Identificação do Contrato: N° do Processo

Obs.³: Ativo (A)-Ativo Prorrogado(P)-Encerrado (E)

2.5 Setor de Planejamento

O Setor de Planejamento tem como finalidade precípua apoiar as áreas administrativas e técnicas, no planejamento das ações, bem como acompanhar a execução orçamentária das mesmas, subsidiando na elaboração do planejamento de curto, médio e longo prazo da IDARON.

2.5.1 Gestão do PPA IDARON-2016

No que tange a Gestão do PPA, verifica-se que em 2016, inicia-se a execução dos programas e ações, relacionadas à IDARON, durante o período de 2016 a 2019. Esse plano foi instituído através da Lei Estadual nº 3.647, de 06 de novembro de 2015. Convém destacar que, neste mesmo ano, ela sofreu uma alteração, no que tange os anexos, conforme tabela das leis abaixo.

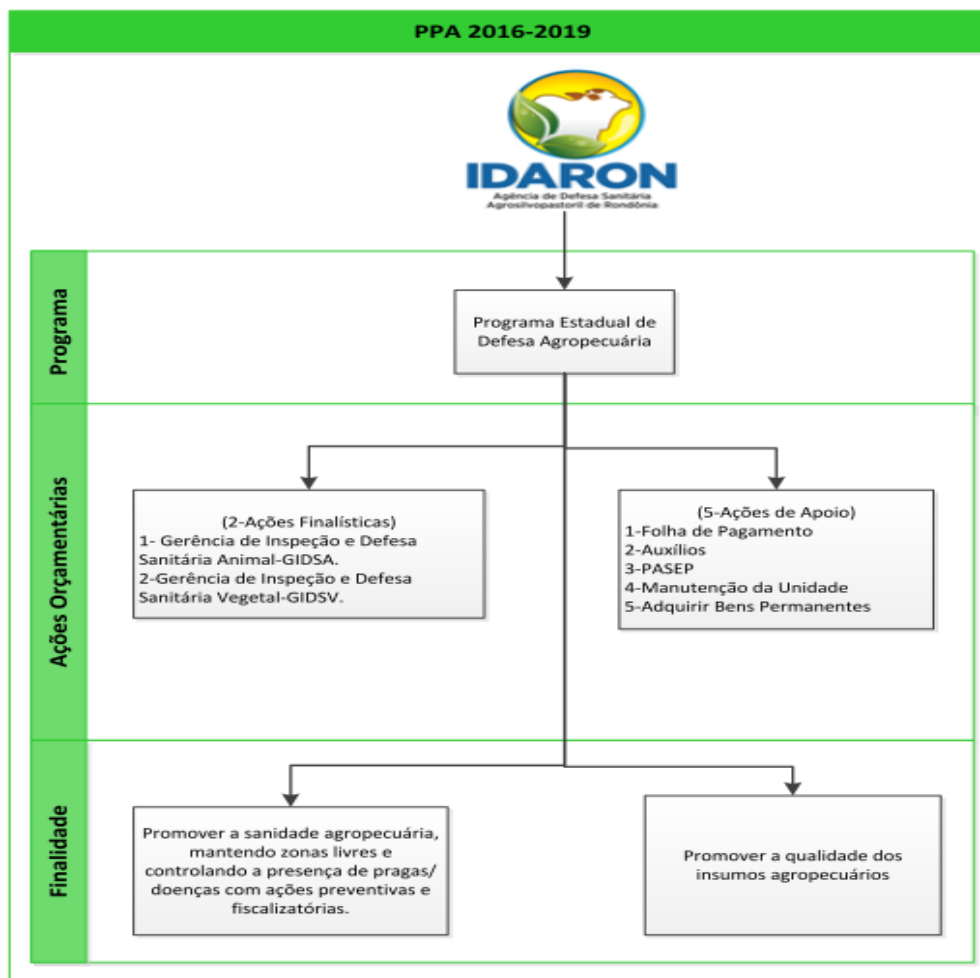
Quadro 6-Tabela de Leis do Plano Plurianual

ORDEM	PERÍODO NO PPA	LEI	D.O.E
1	PPA 2016-2019 (Original)	Lei Nº3.647 de 06/11/2015	D.O.E Nº 2.816 (suplemento) de 06/11/15
2	PPA 2016 (Altera Anexos I-II)	Lei Nº3.697 de 22/12/2015	D.O.E Nº 2.848 de 22/12/15

Fonte: Setor de Planejamento-IDARON 2017

A estrutura orçamentária da IDARON no Plano Plurianual - PPA 2016-2019 está composta de um único programa, que abriga sete ações, voltadas para a manutenção e fortalecimento da Defesa Agropecuária no Estado de Rondônia, conforme figura da estrutura programática, descrita a seguir.

Figura 3 - Estrutura Programática e de Ações PPA 2016-2019



Fonte: Setor de Planejamento-IDARON de 2017

Para garantir que o PPA da IDARON, cumpra sua missão institucional, controlar e manter áreas livres de doenças e pragas agropecuárias, controlar a comercialização e uso de Agrotóxicos. Faz-se necessário monitorar² quadrimestralmente suas ações e, avaliar anualmente seus indicadores. O monitoramento e a avaliação ocorrem por meio das informações coletadas nos setores internos e, registradas no Sistema de Planejamento Governamental - SIPLAG, software gerido pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG.

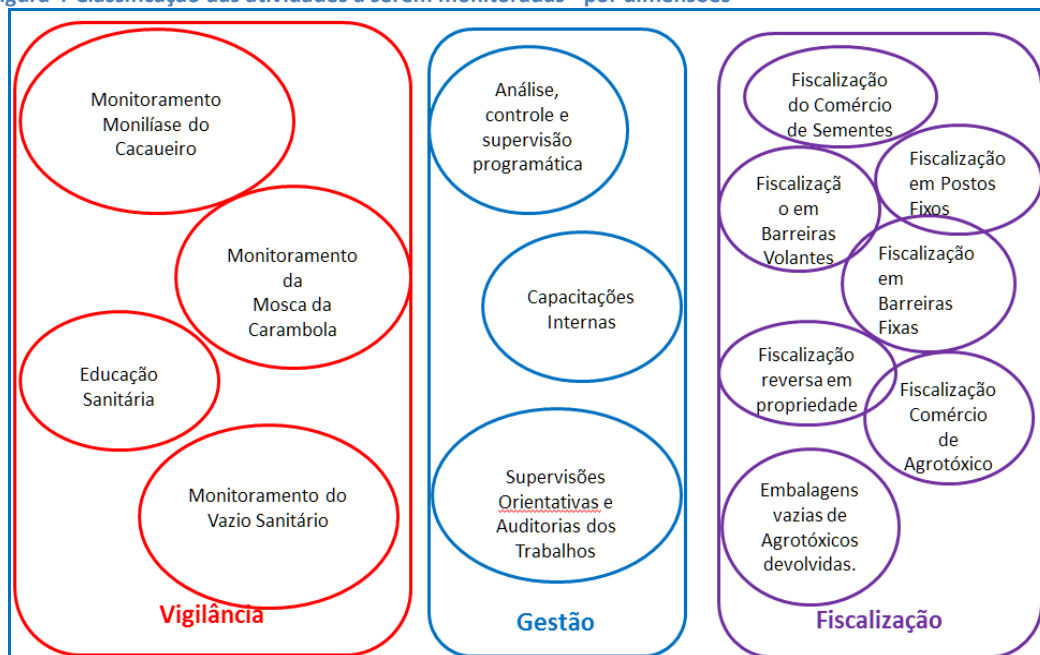
O produto das atividades desenvolvidas pela área técnica, através da Gerência de Inspeção e Defesa Sanitária Animal - GIDSA e Gerência de Inspeção e Defesa Sanitária Vegetal – GIDSV, será mensurado quadrimestralmente por meio de uma cesta de índices, representativos das principais ações finalísticas desenvolvidas pela IDARON, nas dimensões de vigilância, fiscalização e inspeção, cuja programação alcança as dez (10) unidades regionais de planejamento.

² As fontes que compõem as informações a serem monitoradas são: a) PPA da instituição com as informações quantitativas e qualitativas dos programas e ações; b) Dados financeiros extraídos do Sistema integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios-SIAFEM que afere as informações da Execução Orçamentária dos Programas, extraídas da LOA.

No processo de definição da metodologia a ser monitorada nas ações finalísticas, seguiu-se as fases, abaixo explicitadas, com a devida aquiescência da área técnica:

1. Primeira fase: identificação das principais atividades passíveis de serem programadas, que já estão estabelecidas para as Unidades Locais de Sanidade Animal e Vegetal-ULSAVs.
2. Segunda fase: categorização das atividades desenvolvidas dentro das dimensões de vigilância, fiscalização, inspeção e gestão, conforme exemplo da figura abaixo.

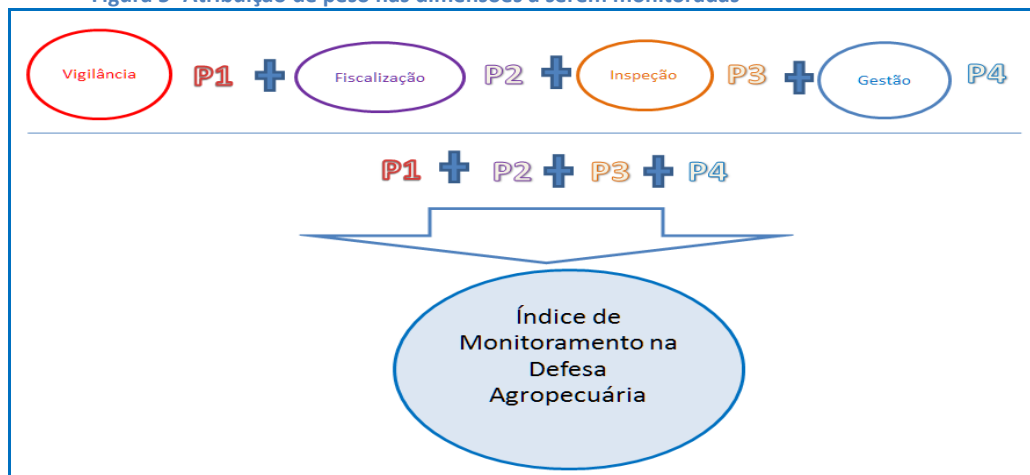
Figura 4-Classificação das atividades a serem monitoradas - por dimensões



Fonte: Setor de Planejamento-IDARON de 2017

3. Terceira fase: Fixação de metas anuais a serem cumpridas nas atividades catalogadas do item anterior, com o correspondente monitoramento, pelos gerentes da área técnica.
4. Quarta fase: Validação das metas pelas Gerências Técnicas (GIDSA e GIDSV) e atribuição de pesos de importância para cada dimensão, conforme exemplo da figura 2.

Figura 5- Atribuição de peso nas dimensões a serem monitoradas



Fonte: Setor de Planejamento-IDARON de 2017

Como exemplo de um dos indicadores que monitoram a Ação Orçamentária da GIDSV, tem-se o trabalho de vigilância em propriedades, quanto à inserção nacional da Monilíase do Cacaueiro, doença constatada no Peru, Equador e Bolívia e, que deve ser barrada sua inserção em Rondônia e Brasil, pois afetaria em cheio a produção regional, já que a grande parte de seu cultivo é voltada para a exploração comercial.

Quadro 7- Exemplo de Monitoramento na Vigilância

DIMENSÃO INDICADOR	TÍTULO INDICADOR	UNID. MEDIDA	REGIONALIZAÇÃO	PROGRAMAÇÃO-2016			
				I-QUAD. (Jan.-Abr.)	II-QUAD. (Mai.-Ago.)	III-QUAD (Set.-Dez.)	TOTAL PLANEJADO
VIGILÂNCIA	Monitoramento da Monilíase do Cacaueiro	Detecção em Propriedades	Região I	150	0	0	150
			Região II	160	0	0	160
			Região III	160	0	0	160
			Região IV	100	0	0	100
			Região V	120	0	0	120
			Região VI	190	0	0	190
			Região VII	145	0	0	145
			Região VIII	210	0	0	210
			Região IX	160	0	0	160
			Região X	100	0	0	100
			TOTAL	1495	0	0	1495

Fonte: GIDSV-2015

Após a coleta dos dados referentes às metas anuais delineadas pelas Gerências Técnicas, os resultados serão monitorados quadrimestralmente e consolidados no final do exercício, conforme Índice de Monitoramento na Defesa Sanitária Vegetal-IMDSV, demonstrado no próximo quadro:

Quadro 8-Exemplo de Resultado- Índice de Monitoramento na Defesa Sanitária Vegetal

Dimensão	Peso da Dimensão (A)	Indicador de Eficácia (B)	2016 Monitoramento Anual- Executado									
			Und Medida Intermediária	A	B	C=B/A	D=ΣC/ Total de Indicadores	E³=AxD	Ações Executadas	Ações Planejada		
				Planejado	Executado	Taxa Execução	Média Dimensão		F³=ΣE / 10 (Ações Executadas)			
Vigilância	4	Monitoramento da Monilíase do Cacaueiro (área de baixo-risco)	Deteccão propriedades	1495		0%	0%	0	0	100%		
		Monitoramento da Mosca da Carambola	Monitorar Armadilhas	792		0%						
		Monitoramento do vazio sanitário soja	Hectares com vazio	211450,3		0%						
		Educação Sanitária	Capacitação Público Externo	42		0%						
Fiscalização	4	Fiscalização do Comércio de sementes	Fisc. Revenda e Viveiros	1420		0%	0%	0,0				
		Fiscalização em Barreiras volantes	Veículos Abordados	40994		0%						
		Fiscalização em Postos Fixos	Veículos Abordados	44700		0%						
		Fiscalização no comércio de agrotóxicos	Fisc. Revendas	477		0%						
		Fiscalização Reversa em Propriedades rurais	Fisc. Propriedades	240		0%						
		Numero de Embalagens Vazias de Agrotóxicos Devolvidas	Embalagens Recolhidas	368800		0%						
Gestão	2	Análise, Controle e supervisão Programática	Reuniões	8		0%	0%	0,0				
		Capacitações Internas	Capacitações Público Interno	5		0%						
		Supervisão Orientativas e Auditorias dos trabalhos	Auditorias	30		0%						

Fonte: GIDSV-2015

Adaptação: Setor de Planejamento

Obs.1: O Peso atribuído nas dimensões justifica-se, em função do grau de importância que cada grupo de ação ajuda a IDARON a alcançar sua missão institucional.

Obs.2: Os Indicadores de Eficácia, classificados nas dimensões. Correspondem aos principais indicadores, passíveis de serem planejados, sob coordenação da GIDSV. Eles deverão ser programados para as ULSAV's, levando em consideração os insumos necessários para sua realização, como Rec. Humanos, Frota de Veículos, Realidade etc.

Obs.3: A coluna E, evidencia a média de realização das ações planejadas por dimensões.

Obs.4: Na coluna F, espelha o percentual de realização das ações planejadas dentro do exercício.

Como atores envolvidos no processo de monitoramento e avaliação do PPA, criou-se a Comitês de Gestão do PPA, sendo um Estratégico e outro Tático, com a função de apoiar o plano gerencial, conforme comunga o art. 7º do Decreto nº 14.641, de 21/10/2009, descrito *in verbis*, abaixo:

Art. 7º A gestão tático-operacional, de responsabilidade dos gerentes de programas e apoiados pelos comitês gestores de programas, compreende a implementação, o monitoramento e revisão dos programas e ações do plano plurianual.

O funcionamento efetivo do Comitê é de extrema relevância na gestão dos programas e ações, já que a sua atuação plena permitirá a eliminação de restrições: na gestão dos fluxos orçamentários e financeiros, na definição das prioridades do setor, na avaliação e revisão do planejamento setorial. Atualmente o comitê estratégico do PPA 2016-2019 é gerido pelos membros descritos abaixo:

Tabela 1 - Composição do Comitê Estratégico do PPA da IDARON

Nome	Cargo	Função
Avenilson Gomes da Trindade	Diretor Executivo	Gerente de Programa
Fabiano Alexandre dos Santos	Diretor Técnico	Membro
Amauri Guedes de Freitas	Diretor Administrativo e Financeiro	Membro

Fonte: Portaria nº362 de 07 de outubro de 2015-Publicado no D.O.E Nº2.803 de 16-10-15.

Obs.: Importa salientar que, embora nos nomes dos gestores alterem, a vinculação está relacionada ao cargo.

No que tange ao comitê tático, cuja função primordial é: a) garantir, no âmbito de cada setor, o cumprimento da legislação atinente ao PPA 2016-2019; b) atender, tempestivamente, o cronograma de encaminhamento de informações, estabelecido pelo Setor de Planejamento, no que concerne ao monitoramento quadrimestral e avaliação anual das atividades da IDARON; e por fim, c) disponibilizar, tempestivamente, ao Setor de Planejamento da Agência, as informações necessárias para a consolidação do Relatório Anual de Atividades das Entidades. O comitê será formado pelos responsáveis dos seguintes setores, descritos na tabela abaixo.

Tabela 2- Composição do Comitê Tático da IDARON

SETORES	COMPOSIÇÃO
Direção Superior	Presidência
	Diretoria Executiva
Assessoria	Procuradoria Jurídica
	Controle Interno
Diretoria Técnica	Coordenadoria Técnica
	Gerência de Inspeção e Defesa Sanitária Animal-GIDSA
	Gerência de Inspeção e Defesa Sanitária Vegetal-GIDSV
Diretoria Administrativa e Financeira	Setor de Planejamento
	Setor de Recursos Humanos
	Setor de Transporte
	Setor de Contabilidade e Arrecadação
	Setor de Pagamentos Diversos
	Setor de Contratos
	Setor de Contas a Pagar
	Setor de Informática
	Setor de Apoio e Almoxarifado
	Setor de Patrimônio

Fonte: Portaria nº 363 de 07 de outubro de 2015-Publicado no D.O.E Nº2.803 de 16-10-15.

A introdução da figura dos Comitês, Estratégico e Tático, foi um parâmetro inovador na elaboração do Plano Plurianual 2016-2019. Pois visava trazer avanços significativos para a melhoria na gestão da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON, principalmente, no que tange à conscientização de sua equipe técnica, da necessidade de formalizar, institucionalizar e dar publicidade ao planejamento das ações de cunho finalístico.

Atualmente, a IDARON possui indicadores de efetividade para aferir os resultados das ações finalísticas. Esses indicadores evidenciam as políticas de Defesa Agropecuária, através do monitoramento das atividades que buscam manter o Estado livre de doenças e pragas, além das áreas onde o Estado busca controlar e avançar para o status livre de doenças e pragas e, por fim, monitora o controle no comércio, uso e destino final das embalagens de agrotóxicos, conforme nomenclaturas dos indicadores abaixo:

1. Índice de Manutenção de Animais Livres de Doenças – IMALD;
2. Índice de Controle de Doenças na Produção Animal – ICDPA;
3. Porcentagem de Notificação de Suspeitas de Doenças Atendidas no Prazo Legal (Síndrome vesicular) - Novo Indicador;
4. Índice de Manutenção de Áreas Livres de Pragas – IMALP;
5. Índice de Controle de Pragas na Produção Vegetal – ICPPV;
6. Índice de Conformidade na Fiscalização Estadual de Vegetais e seus produtos e insumos agrícolas– ICFEV- Novo Indicador;

7. Índice de Conformidade dos Insumos Agrícolas-ICIA- Novo Indicador.

Interessante destacar que todos esses indicadores são mensurados a partir de taxas³ extraídas dos programas desenvolvidos pela Agência, como o Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa - PNEFA, Programa de Monitoramento de Pragas e outros, onde são atribuídos pesos de importância em função do grau de importância que uma determinada produção ou criação exerce na agropecuária rondoniense.

Cabe destacar que os indicadores efetividade são importantes para mensurar o impacto da política pública na sociedade. Contudo, tendo como parâmetros os novos modelos de Gestão Pública Gerencial, há necessidade de ampliar a base de análise, ou seja, incorporar 6 “Es” (Eficiência-Economicidade-Eficácia-Efetividade-Economicidade-Excelência-Execução), o que permitiria aferir os verdadeiros resultados da Autarquia.

Uma inovação quanto ao PPA 2016-2019, refere-se à inserção de iniciativas, ou seja, são as principais atuações, institucionais e normativas que declare as entregas de produtos à sociedade. Para o caso da Defesa Agropecuária, têm-se as seguintes iniciativas:

Iniciativa-1

Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais.

Data Início: janeiro de 2016

Data Fim: dezembro de 2019

Iniciativa-2

Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais

Data Início: janeiro de 2016

Data Fim: dezembro de 2019

Iniciativa-3

Vigilância e fiscalização do trânsito estadual de animais e vegetais, seus produtos e insumos agropecuários

Data Início: janeiro de 2016

Data Fim: dezembro de 2019

Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.

Iniciativa-4

Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas

Data Início: janeiro de 2016

Data Fim: dezembro de 2019

³ Para maiores detalhes, consultar Anexo B, em que consta a metodologia de construção dos indicadores.

2.5.1.1 Monitoramento – PPA 2016

U.O.:	19.023 - Agência de Defesa Sanitária Agrossilvipastoril do Estado de Rondônia
Programa:	1224 PROGRAMA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA
Objetivo:	Promover a sanidade agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas/doenças através das ações de prevenção e controle.
Público Alvo:	Produtores, Trabalhadores rurais, Comerciantes de insumos agropecuários, Profissionais autônomos que atuam na sanidade agropecuária, Indústria/Agroindústria que abatem e/ou processam Produtos e Subprodutos de origem animal/vegetal.
Justificativa:	Necessidade de garantir a oferta de produtos e subprodutos agropecuários, com qualidade, assim como a transparência nas relações comerciais, facilitando a entrada dos produtos rondonienses nos mercados nacional e internacional traduzindo numa melhor qualidade de vida para a população do estado de Rondônia.
Eixo Estratégico:	Eixo 3 - Competitividade Sustentável

DADOS FÍSICOS**Realização das Metas Físicas das Ações dos Programas do Plano Plurianual**

Descrição	Unidade de Medida	Região	Prevista PPA Atual (a)	Meta Física Realizada		Relação em %	
				No Quadrimestre (b)	até o Quadrimestre (c)	b/a	c/a

20.609.0224 - CONTRIBUIR PARA FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO

PASEP do servidor formado

Real	Região I	190.450,00	44880,20	152104,89	23,57	79,87
------	----------	------------	----------	-----------	-------	-------

20.609.1113 - ADQUIRIR BENS PERMANENTES

Bens permanente adquiridos

Unidade	Região I	64,00	105,00	127,00	164,06	198,44
	Região II	44,00	24,00	31,00	54,55	70,45
	Região III	44,00	25,00	35,00	56,82	79,55
	Região IV	44,00	15,00	19,00	34,09	43,18
	Região V	49,00	22,00	29,00	44,90	59,18
	Região VI	49,00	22,00	29,00	44,90	59,18
	Região VII	49,00	25,00	34,00	51,02	69,39
	Região VIII	44,00	25,00	36,00	56,82	81,82
	Região IX	44,00	21,00	28,00	47,73	63,64
	Região X	44,00	9,00	22,00	20,45	50,00

20.122.2087 - ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE

Unidade mantida.

Porcentagem	Região I	14,00	14,00	42,00	100,00	300,00
	Região II	9,00	9,00	27,00	100,00	300,00
	Região III	11,00	11,00	33,00	100,00	300,00
	Região IV	6,00	6,00	18,00	100,00	300,00
	Região V	8,00	8,00	24,00	100,00	300,00

Porcentagem	Região VI	8,00	8,00	24,00	100,00	300,00
	Região VII	10,00	10,00	30,00	100,00	300,00
	Região VIII	11,00	11,00	33,00	100,00	300,00
	Região IX	8,00	9,00	27,00	112,50	337,50
	Região X	6,00	7,00	21,00	116,67	350,00

20.122.2091 - ATENDER A SERVIDORES COM AUXÍLIOS

Servidores atendidos

Unidade	Região I	239,00	238,00	662,00	99,58	276,99
	Região II	56,00	56,00	166,00	100,00	296,43
	Região III	54,00	45,00	143,00	83,33	264,81
	Região IV	35,00	30,00	95,00	85,71	271,43
	Região V	88,00	57,00	202,00	64,77	229,55
	Região VI	78,00	71,00	212,00	91,03	271,79
	Região VII	103,00	101,00	311,00	98,06	301,94
	Região VIII	62,00	63,00	194,00	101,61	312,90
	Região IX	55,00	43,00	134,00	78,18	243,64
	Região X	28,00	26,00	73,00	92,86	260,71

20.122.2234 - ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS

Servidores Remunerados.

	Região I	239,00	238,00	662,00	99,58	276,99
	Região II	56,00	56,00	110,00	100,00	196,43
	Região III	54,00	45,00	143,00	83,33	264,81
	Região IV	35,00	30,00	95,00	85,71	271,43
	Região V	88,00	57,00	202,00	64,77	229,55
	Região VI	78,00	71,00	212,00	91,03	271,79
	Região VII	103,00	101,00	311,00	98,06	301,94
	Região VIII	62,00	63,00	194,00	101,61	312,90
	Região IX	55,00	43,00	134,00	78,18	243,64
	Região X	28,00	26,00	73,00	92,86	260,71

20.609.2631 - CONSOLIDAR AS AÇÕES DE INSPEÇÃO E DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

Ações de vigilância, fiscalização e inspeção na defesa sanitária animal consolidada.

Porcentagem	Região I	20,00
	Região II	8,00
	Região III	6,00
	Região IV	5,00
	Região V	9,00
Porcentagem	Região VI	9,00
	Região VII	12,00
	Região VIII	11,00
	Região IX	13,00
	Região X	7,00

20.609.2634 - CONSOLIDAR AS AÇÕES DE INSPEÇÃO E DEFESA SANITÁRIA VEGETAL

Ações de vigilância e fiscalização, na defesa sanitária vegetal consolidada.

Região I	6,16
Região II	17,17
Região III	12,21
Região IV	6,06
Região V	10,59
Região VI	13,92
Região VII	9,12
Região VIII	12,98
Região IX	8,37
Região X	3,42

Fonte: Relatório SIPLAG/SEPOG PPA - 2016

DADOS FINANCEIROS

Realização orçamentária e financeira das ações dos programas do plano plurianual

(Em R\$)

Descrição	PPA	LOA Inicial (a)	LOA+Créditos (b)	Despesa Liquidada		Relação em %		
				No Quadrimestre (c)	até o Quadrimestre (d)	b/a	c/b	d/b
20.609.0224-CONTRIBUIR PARA FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO								
	102.450,00	102.450,00	190.450,00	44.880,20	152.104,89	185,90	23,57	79,87
20.609.1113-ADQUIRIR BENS PERMANENTES								
	162.500,00	162.500,00	1.703.100,00	477.141,93	492.118,83	1.048,06	28,02	28,90
20.122.2087-ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE								
	10.793.051,00	10.793.051,00	12.806.546,15	3.959.918,47	8.298.729,71	118,66	30,92	64,80
20.122.2091-ATENDER A SERVIDORES COM AUXÍLIOS								
	3.360.000,00	3.360.000,00	4.157.023,61	1.428.330,04	4.157.023,61	123,72	34,36	100,00
20.122.2234-ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS								
	53.832.200,00	53.832.200,00	54.967.742,09	19.891.685,24	54.931.528,43	102,11	36,19	99,93
20.609.2631-CONSOLIDAR AS AÇÕES DE INSPEÇÃO E DEFESA SANITÁRIA ANIMAL								
	1.156.000,00	1.156.000,00	2.080.000,00	369.452,38	1.055.445,91	179,93	17,76	50,74
20.609.2634-CONSOLIDAR AS AÇÕES DE INSPEÇÃO E DEFESA SANITÁRIA VEGETAL								
	355.000,00	355.000,00	412.000,00	38.463,00	66.108,00	116,06	9,34	16,05
TOTAL PROGRAMA:	69.761.201,00	69.761.201,00	76.316.861,85	26.209.871,26	69.153.059,38	109,40	34,34	90,61

Fonte: Relatório SIPLAG/SEPOG-SIAFEM PPA - 2016

RESTRIÇÕES POR TIPO

Demonstrativo das restrições por tipo, justificativa e proposta para superação de problemas identificados por ação

Especificação	Restrições por tipo, justificativa e proposta para superar restrições
20.122.2234 - ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	
Restrição:	ADM08 Pessoal insuficiente para os quadros de gestão e de execução das ações propostas.
Justificativa:	Os 730 servidores que formam a força de trabalho da IDARON, mesmo em se efetivando uma realocação de RH, ainda se apresenta insuficiente para o desenvolvimento das atividades atinentes à Autarquia.
Proposta para superar a restrição:	Abrir novas vagas para contratação de servidores via concurso público.

2.5.1.2 Avaliação – PPA 2016

Órgão: 019 - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, DESENV. E REG. FUNDIÁRIA - SEAGRI

U.O.: 023 - AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSSILVIPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA

Programa: 1224 - PROGRAMA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA

Objetivo: Promover a sanidade agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas/doenças através das ações de prevenção e controle.

Público alvo: Produtores, Trabalhadores rurais, Comerciantes de insumos agropecuários, Profissionais autônomos que atuam na sanidade agropecuária, Indústria/Agroindústria que abatem e/ou processam Produtos e Subprodutos de origem animal/vegetal.

Eixo estratégico: Eixo 3 - Competitividade Sustentável

Justificativa: Necessidade de garantir a oferta de produtos e subprodutos agropecuários, com qualidade, assim como a transparência nas relações comerciais, facilitando a entrada dos produtos rondonienses nos mercados nacional e internacional traduzindo numa melhor qualidade de vida para a população do estado de Rondônia.

I - INDICADOR

INDICADOR FÍSICO DO PROGRAMA						
INDICADOR	Unidade	PPA 2016 - 2019		Índice Realizado 2016 (c)	Relação %	
	Medida	Índice	Índice Previsto		(c/a)	(c/b)
		Previsto 2016 (a)	até 2019 (b)			

Índice de Manutenção de Animais Livres de Doenças – IMALD % 100,00 100,00 0,00 - -

Fonte.....: IDARON

Data Apuração.....: 04/08/2015

Periodicidade.....: 1

Base Geográfica.....: Estadual

Fórmula de Cálculo: IMALD= (TMRLFA x P1) + (TMALIA x P2) + (TMALDNC x P3) + (TMARLE x P4) / P1 + P2 + P3 + P4

INDICADOR FÍSICO DO PROGRAMA						
INDICADOR	Unidade	PPA 2016 - 2019		Índice Realizado 2016 (c)	Relação %	
	Medida	Índice	Índice Previsto		(c/a)	(c/b)
		Previsto 2016 (a)	até 2019 (b)			

Índice de Controle de Doenças na Produção Animal – ICDPA % 99,98 99,99 0,00 - -

Fonte.....: IDARON

Data Apuração.....: 04/08/2015

Periodicidade.....: 1

Base Geográfica.....: Estadual

Fórmula de Cálculo: ICDPA = (TCRH x P1) + (TCB x P2) + (TCT x P3) + (TCPSN x P4) + (TCAIE x P5) / P1 + P2 + P3 + P4 + P5

INDICADOR FÍSICO DO PROGRAMA						
INDICADOR	Unidade	PPA 2016 - 2019		Índice Realizado 2016 (c)	Relação %	
	Medida	Índice	Índice Previsto		(c/a)	(c/b)
		Previsto 2016 (a)	até 2019 (b)			

Índice de Conformidade na Fiscalização do Trânsito Estadual de Animais e seus produtos e de insumos pecuários % 90,00 95,00 0,00 - -

Fonte.....: Gerência de Inspeção e Defesa Sanitária Animal - GIDSA/IDARON

Data Apuração.....: 04/08/2015

Periodicidade.....: 1

Base Geográfica.....: Estadual

Fórmula de Cálculo: ICFTEA= [1- (Termo de Ocorrências/Total de Fiscalizações Realizadas)] x 100

INDICADOR FÍSICO DO PROGRAMA

INDICADOR	Unidade Medida	PPA 2016 - 2019		Índice Realizado 2016 (c)	Relação %	
		Índice Previsto 2016 (a)	Índice Previsto até 2019 (b)		(c/a)	(c/b)
Porcentagem de Notificação de Suspeitas de Doenças Atendidas no Prazo Legal	%	70,00	90,00	0,00	-	-

Fonte.....: Gerência de Inspeção e Defesa Sanitária Animal - GIDSA/IDARON

Data Apuração.....: 04/08/2015

Periodicidade.....: 1

Base Geográfica.....: Estadual

Fórmula de Cálculo: $PNSDAPL = (\text{Suspeitas Atendidas no prazo legal} / \text{número total de suspeitas atendidas}) \times 100$

INDICADOR FÍSICO DO PROGRAMA						
INDICADOR	Unidade Medida	PPA 2016 - 2019		Índice Realizado 2016 (c)	Relação %	
		Índice Previsto 2016 (a)	Índice Previsto até 2019 (b)		(c/a)	(c/b)

Índice de Conformidade na Fiscalização Estadual de Vegetais e seus produtos e insumos agrícolas.- ICFEV

Fonte.....: GIDSV/IDARON

Data Apuração.....: 04/08/2015

Periodicidade.....: 1

Base Geográfica.....: Estadual

Fórmula de Cálculo: $ICFEV = [1 - (\text{termo de ocorrência emitidos} / \text{total de fiscalizações realizadas})] \times 100$

INDICADOR FÍSICO DO PROGRAMA						
INDICADOR	Unidade Medida	PPA 2016 - 2019		Índice Realizado 2016 (c)	Relação %	
		Índice Previsto 2016 (a)	Índice Previsto até 2019 (b)		(c/a)	(c/b)

Índice de Manutenção de Área Livre de Pragas- IMALP

Fonte.....: GIDSV/IDARON

Data Apuração.....: 04/08/2015

Periodicidade.....: 1

Base Geográfica.....: Estadual

Fórmula de Cálculo: $IMALPPV = (TMALNCS \times P1) + (TMALM \times P2) + (TMALCVC \times P3) + (TMALMS \times P4) + (TMALG \times P5) + (TMALCC \times P6) + (TMALAH \times P7) + (TMALAVPX \times P8) + (TMALMC \times P9) / P1 + P2 + P3 + P4 + P5 + P6 + P7 + P8 + P9$

INDICADOR FÍSICO DO PROGRAMA						
INDICADOR	Unidade Medida	PPA 2016 - 2019		Índice Realizado 2016 (c)	Relação %	
		Índice Previsto 2016 (a)	Índice Previsto até 2019 (b)		(c/a)	(c/b)

Índice de Controle de Pragas na Produção Vegetal

Fonte.....: GIDSV/IDARON

Data Apuração.....: 04/08/2015

Periodicidade.....: 1

Base Geográfica.....: Municipal

Fórmula de Cálculo: $ICPPV = (TCFS \times P1) + (TCMB \times P2) + (TCSN \times P3) + (TCPP \times P4) + (TCMNC \times P5) + (TCNC \times P6) + (TCCP \times P7) + (TCMSP \times P8) / P1 + P2 + P3 + P4 + P5 + P6 + P7 + P8$

INDICADOR FÍSICO DO PROGRAMA						
INDICADOR	Unidade Medida	PPA 2016 - 2019		Índice Realizado 2016 (c)	Relação %	
		Índice Previsto 2016 (a)	Índice Previsto até 2019 (b)		(c/a)	(c/b)

Índice de Conformidade dos Insumos Agrícolas- ICIA

Fonte.....: GIDSV/IDARON

Data Apuração.....: 04/08/2015

Periodicidade.....: 1

Base Geográfica.....: Estadual

Fórmula de Cálculo: $ICIA = 100 \times [(Taxa \text{ de conformidade sementes} \times P1) + (Taxa \text{ de conformidade Mudas} \times P2) + (Taxa \text{ de conformidade Agrotóxico} \times P3)] / P1 + P2 + P3$

Fonte: Avaliação do Plano Plurianual 2016 - 2019 - exercício 2016

II - DESEMPENHO DO PROGRAMA

Inviabilizado, em face da Diretoria Técnica desta Autarquia, composta pela Gerência de Inspeção e Defesa Sanitária Animal - GIDSA, e pela Gerência de Inspeção e Defesa Sanitária Vegetal - GIDSV, até presente data, 07.03.2017, não ter informado, para este Setor de Planejamento, os dados alimentadores dos indicadores de resultados do Programa Estadual de Defesa Agropecuária.

1) ÍNDICE DE DESEMPENHO

Não Comentado

Avaliação de Desempenho									
									Valor em R\$
Ordem	Especificação	Unidade e Medida	Previsto (a) Valor	% (a/Totala)	Realizado (b) Valor	% (b/Totalb)	Relação em % (b / a)	RPNP Exercícios Anteriores	Índice de Desempenho
0224	CONTRIBUIR PARA FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO		190.450,00	0,25	152.104,89	0,22	79,87	0,00	0.99
	PASEP do servidor formado	R\$	190.450,00		152.104,89		79,87	0,00	
1113	ADQUIRIR BENS PERMANENTES		1.703.100,00	2,23	492.118,83	0,71	28,90	0,00	0.35
	Bens permanente adquiridos	Un	475,00		390,00		82,11	0,00	
2087	ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE		12.806.546,15	16,78	8.298.729,71	12,00	64,80	0,00	0.63
	Unidade mantida.	%	91,00		93,00		102,20	0,00	
2091	ATENDER A SERVIDORES COM AUXÍLIOS		4.157.023,61	5,45	4.157.023,61	6,01	100,00	0,00	1.09
	Servidores atendidos	Un	798,00		730,00		91,48	0,00	
2234	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS		54.967.742,09	72,03	54.931.528,43	79,43	99,93	0,00	1.09
	Servidores Remunerados.	Un	798,00		730,00		91,48	0,00	
2631	CONSOLIDAR AS AÇÕES DE INSPEÇÃO E DEFESA SANITÁRIA ANIMAL		2.080.000,00	2,73	1.055.445,91	1,53	50,74	0,00	0.26
	Ações de vigilância, fiscalização e inspeção na defesa sanitária animal consolidada.	%	100,00		193,86		193,86	0,00	
2634	CONSOLIDAR AS AÇÕES DE INSPEÇÃO E DEFESA SANITÁRIA VEGETAL		412.000,00	0,54	66.108,00	0,10	16,05	0,00	0.05
	Ações de vigilância e fiscalização, na defesa sanitária vegetal consolidada.	%	100,00		318,27		318,27	0,00	
TOTAL DO PROGRAMA:			76.316.861,85	100,00	69.153.059,38	100,00	90,61	0,00	
TOTAL DA UNIDADE:			76.316.861,85	100,00	69.153.059,38	100,00	90,61	0,00	

Fonte: Avaliação do Plano Plurianual 2016 - 2019 - exercício 2016

Nota: Previsto = (LOA+Créditos);
Realizado = Empenhos emitidos e liquidados.

Legenda: A = índice acima do previsto (até 0,5)
B = índice dentro do previsto (+ de 0,5 até 1,00)
C = índice abaixo do previsto (= de 1,00 até 2,00)
D = índice muito abaixo do previsto (= de 2,00)
E = índice não mensurável - NM
F = índice não executado - NE

2) AVALIAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Avaliação Orçamentária e Financeira									Valor R\$
Ordem	Especificação		PPA 2016	LOA Inicial	LOA + Créditos (a)	Liquidado		RPNP exercício anteriores	Relação % (b/a)
						Valor (b)	% (b/Total b)		
0224	CONTRIBUIR PARA FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	R\$	102.450,00	102.450,00	190.450,00	152.104,89	0,22	0,00	79,87
	Relação		100,00	100,00	185,90	148,47		0,00	
1113	ADQUIRIR BENS PERMANENTES	R\$	162.500,00	162.500,00	1.703.100,00	492.118,83	0,71	0,00	28,90
	Relação		100,00	100,00	1.048,06	302,84		0,00	
2087	ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE	R\$	10.793.051,00	10.793.051,00	12.806.546,15	8.298.729,71	12,00	0,00	64,80
	Relação		100,00	100,00	118,66	76,89		0,00	
2091	ATENDER A SERVIDORES COM AUXÍLIOS	R\$	3.360.000,00	3.360.000,00	4.157.023,61	4.157.023,61	6,01	0,00	100,00
	Relação		100,00	100,00	123,72	123,72		0,00	
2234	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	53.832.200,00	53.832.200,00	54.967.742,09	54.931.528,43	79,43	0,00	99,93
	Relação		100,00	100,00	102,11	102,04		0,00	
2631	CONSOLIDAR AS AÇÕES DE INSPEÇÃO E DEFESA SANITÁRIA ANIMAL	R\$	1.156.000,00	1.156.000,00	2.080.000,00	1.055.445,91	1,53	0,00	50,74
	Relação		100,00	100,00	179,93	91,30		0,00	
2634	CONSOLIDAR AS AÇÕES DE INSPEÇÃO E DEFESA SANITÁRIA VEGETAL	R\$	355.000,00	355.000,00	412.000,00	66.108,00	0,10	0,00	16,05
	Relação		100,00	100,00	116,06	18,62		0,00	
TOTAL DO PROGRAMA:		R\$	69.761.201,00	69.761.201,00	76.316.861,85	69.153.059,38		0,00	90,61
	Relação		100,00	100,00	109,40	99,13		0,00	
TOTAL DA UNIDADE:		R\$	69.761.201,00	69.761.201,00	76.316.861,85	69.153.059,38		0,00	90,61
	Relação		100,00	100,00	109,40	99,13		0,00	

Fonte: Avaliação do Plano Plurianual 2016 - 2019 - exercício 2016

Comentário da Execução Orçamentária e Financeira

Não Comentado

III - RESULTADOS OBTIDOS

0224 CONTRIBUIR PARA FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO

Contribuição para o incremento dos recursos financeiros do pasep.

1113 ADQUIRIR BENS PERMANENTES

Apenas 29% do orçamento foi liquidado, proporcionando uma parcial reposição de equipamentos.

2087 ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE

Demandas oriundas das unidades administrativas atendidas. 69,67% dos recursos orçamentários da Ação, foram liquidados.

2091 ATENDER A SERVIDORES COM AUXÍLIOS

Quitação dos Auxílios para os servidores da IDARON em sua totalidade.

2234 ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS

Quitação dos Salário dos servidores da IDARON em sua totalidade.

Restrição: ADM08 Pessoal insuficiente para os quadros de gestão e de execução das ações propostas.

Justificativa: Os 730 servidores que formam a força de trabalho da IDARON, mesmo em se efetivando uma realocação de RH, ainda se apresenta insuficiente para o desenvolvimento das atividades atinentes à Autarquia.

Proposta para superar restrição: Abrir novas vagas para contratação de servidores via concurso público.

2631 CONSOLIDAR AS AÇÕES DE INSPEÇÃO E DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

Ações de inspeção e defesa sanitária animal asseguradas nos 52 municípios de Rondônia, representando percentual de 257% das ações planejadas executadas até o presente quadrimestre, com os resultados consolidados até o presente quadrimestre em:

- a) 1 Patrulhamento aéreo;
- b) 2.624 Propriedades de maior risco, foram fiscalizadas contra a Febre Aftosa;
- c) 3.829 Visitas a Granjas de Suínos, fiscalizadas, conforme critérios definidos pelo Programa Nacional de Sanidade Suína;
- d) 798 Ações de Educação Sanitária nas 10 regiões do Estado;
- e) 1.387.382 Fêmeas Vacinadas contra a Brucelose;
- f) 9.558 Vacinações Assistidas e ou Fiscalizadas de Bovinos e Bubalinos contra FEBRE AFTOSA;
- g) 17484:52 Horas de Fiscalizações Terrestres;
- h) 171 Fiscalizações de Alimentos de Alimentação de Ruminantes;
- i) 45 Inspeções em Agroindústrias.

Restrição: GER01 Meta física inadequada à natureza da ação

Justificativa: Meta Física elaborada para a presente ação foi composta por uma cesta de 09 (nove) taxas, essas taxas iriam mensurar as principais atividades desenvolvidas pela IDARON nos campos de Vigilância, Fiscalização e Inspeção. Contudo, ocorreu subdimensionamento no planejamento das metas físicas, o que comprometeu uma distorção na análise. Haja vista que, dentro de um cenário ideal, cujo quantitativo das ações representassem o alcançasse de 100% do planejado, no III quadrimestre apresentou uma taxa de 193%.

Proposta para superar restrição: Revisar metodologia de monitoramento, assim como, promover reuniões estratégicas com intuito de melhorar o planejamento institucional.

Restrição: GER04 Inexistência de instrumento e de procedimentos técnico-operacionais de monitoramento.

Justificativa: A ausência de um sistema operacional que registre as atividades registradas no monitoramento, nas mais de 90 unidades administrativas descentralizadas no interior, gera duas dificuldades institucionais, sendo elas: a) levantamento de informações de forma tempestiva, para lançamento no SIPLAG; b) Impossibilidade dos gestores técnicos, quanto à análise comparativa regionalizada de forma a elaborar um planejamento mais adequado.

Proposta para superar restrição: Criação de um software que registre as principais atividades a serem monitoradas.

Restrição: ORC09 Outras (especificar).

Justificativa: Planejamento orçamentário ineficiente gerou uma distorção grande em sua gestão, pois iniciou-se o Orçamento com R\$1,1 milhão, suplementou-se com 80% e executou apenas 50%. Caso a análise adentre por elementos de despesa, verifica-se que a execução das diárias foi de 40%, com relação ao total executado, enquanto as outras despesas (Material de Consumo e Serviços) ficaram na ordem de 10%.

Proposta para superar restrição: Desenvolver aprendizado organizacional do planejamento orçamentário, de forma a evitar remanejamentos desnecessários.

2634 CONSOLIDAR AS AÇÕES DE INSPEÇÃO E DEFESA SANITÁRIA VEGETAL

Nenhum por falta de informações da gerencia responsável

Restrição: GER01 Meta física inadequada à natureza da ação

- Justificativa: Meta Física elaborada para a presente ação foi composta por uma cesta de 10 (dez) taxas, essas taxas iriam mensurar as principais atividades desenvolvidas pela IDARON nos campos de Vigilância e Fiscalização, na área vegetal. Contudo, ocorreu dimensionamento no planejamento das metas físicas, muito abaixo do executado, o que comprometeu uma distorção na análise. Haja vista que, dentro de um cenário ideal, cujo quantitativo das ações representassem o alcançasse de 100% do planejado no ano, a execução alcançou a taxa de 179,50%.
- Proposta para superar restrição: Revisar metodologia de monitoramento, assim como, promover reuniões estratégicas com intuito de melhorar o planejamento institucional.
- Restrição: GER04 Inexistência de instrumento e de procedimentos técnico-operacionais de monitoramento.
- Justificativa: A ausência de um sistema operacional que registre as atividades registradas no monitoramento, nas mais de 90 unidades administrativas descentralizadas no interior, gera duas dificuldades institucionais, sendo elas: a) levantamento de informações de forma tempestiva, para lançamento no SIPLAG; b) Impossibilidade dos gestores técnicos, quanto à análise comparativa regionalizada de forma a elaborar um planejamento mais adequado.
- Proposta para superar restrição: Criação de um software que registre as principais atividades a serem monitoradas.
- Restrição: ORC09 Outras (especificar).
- Justificativa: Planejamento orçamentário ineficiente gerou uma distorção grande em sua gestão, pois se iniciou o Orçamento com R\$ 353 mil, suplementou-se com 16% e executou apenas 16%. Caso a análise adentre por elementos de despesa, verifica-se que a execução das diárias foi de 93%, com relação ao total executado, enquanto as outras despesas (Material de Consumo e Serviços) ficaram na ordem de 7%.
- Proposta para superar restrição: Desenvolver aprendizado organizacional quanto ao planejamento orçamentário, de forma a evitar remanejamentos desnecessários e alocação eficiente dos recursos, de modo a evitar desperdício orçamentário.

IV - RECOMENDAÇÕES

1. Viabilizar ferramentas tecnológicas, com vistas a eliminar os constantes e sistemáticos encaminhamento de informações intempestivamente;
2. Institucionalizar a cultura do cumprimento de prazos legais, para o bom encaminhamento de diversos relatórios (monitoramento, avaliação, atividades anual, entre outros).

2.5.2 Gestão Orçamentária IDARON-2016

Analisando o Orçamento da IDARON em 2016, utilizando como parâmetro três indicadores desenvolvidos pela Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP⁴ para avaliar o comportamento das previsões Orçamentárias e execução orçamentária e financeira, conforme descrição abaixo:

- a) **Planejamento Programação da Despesa - PPD**, mede a capacidade do órgão de planejar como será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, resulta da divisão da despesa empenhada pela inicialmente prevista;
- b) **Capacidade Operacional Financeira da Despesa Empenhada - COFDE**, mensura a capacidade de execução financeira do orçamento, auferida a partir da divisão da despesa empenhada com relação à dotação atualizada;

Segundo os indicadores elencados acima, o desempenho do órgão é considerado melhor quanto menor a variação ocorrida durante o ciclo orçamentário. Com base nessa metodologia a ABOP, adota-se os seguintes critérios de avaliação:

⁴ Para consultar indicadores desenvolvidos pela ABOP, basta consultar o Informativo ABOP N°60, disponível em www.abop.org.br ou site do TCE-DF: http://www.tc.df.gov.br/contas/2004/arq18-indavaliacao_despesa.pdf.

Tabela 3- Critérios de Avaliação utilizados pela ABOP

VARIAÇÃO	INDICADOR
Variação + ou - de 0 a 2,5%;	Ótimo- (índice 1)
Variação + ou - de 2,51% a 5%	Bom- (índice 2)
Variação + ou - de 5,01% a 10%	Regular- (índice3)
Variação + ou - de 10,01% a 15%	Deficiente- (índice 4)
Variação + ou - superior a 15%	Altamente Deficiente- (índice 5)

Fonte: informativo nº60-ABOP

Tendo como base o quadro de execução Orçamentária da IDARON em 2015 e, adotando como referência os indicadores da ABOP, verifica-se, conforme quadro 2, abaixo que: a) o PPD do orçamento global foi considerado bom (índice-1) em 2016, pois, o percentual de execução entre o orçamento planejado e o executado foi de 100,21%. Com relação ao ano anterior, houve uma melhora significativa, já que o índice anterior foi considerado regular (índice-3), apresentando uma execução de 108%; b) Já o COFD, apresentou índice regular (índice-3), indicando que 92% do Orçamento foi executado financeiramente. Em comparação como o ano anterior, verifica-se uma manutenção do índice apresentado, pois o índice anterior foi considerado regular (índice-3), cuja execução foi de 94%.

Quadro 9- Índices de Execução Orçamentária – IDARON 2016

ANO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	DESPESA EMPENHADA	PPD ¹		COFD ²	
				%	E ³	%	G ³
				D=(C/A)100		F=(C/B)100	
A	B	C					
2016	69.761.201	76.316.862	69.906.470	100%	1	92%	3
2015	66.666.169	76.457.959	71.872.503	108%	3	94%	3
2014	63.614.650	73.033.277	66.529.277	105%	2	91%	3
2013	63.957.710	71.816.710	59.604.320	93%	3	83%	5
2012	53.130.239	64.347.307	55.761.512	105%	2	87%	5
2011	46.043.826	54.697.953	44.853.670	97%	2	82%	5
2010	49.604.629	56.397.642	44.175.673	89%	4	78%	5

Fonte: Quadro Detalhamento Despesa-SIAFEM 2009/2015

Adaptação: Setor de Planejamento

Obs.: Metodologia de Avaliação de Desempenho Orçamentário proveniente da ABOP (Associação Brasileira de Orçamento Público)

¹PPD= Planejamento e Programação da Despesa – mede a capacidade do órgão de planejar como será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

²COFD= Capacidade Operacional Financeira da Despesa – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em relação a Dotação Final.

³ Colunas E e G= Códigos de Avaliação (1= Ótimo variação positiva ou negativa de 0 a 2,5%; 2=Bom variação positiva ou negativa de 2,6% a 5%;3=Regular variação positiva ou negativa de 5,1% a 10%; 4=Deficiente variação positiva ou negativa de 10,1% a 15%;e 5= Altamente Deficiente variação positiva ou negativa superior a 15%)

2.5.3 Superávit Orçamentário-Financeiro- 2016

Bom traçar algumas linhas sobre o superávit, R\$ 4.045.411,00 (Quatro milhões, quarenta e cinco mil, quatrocentos e onze reais), foram alocados prioritariamente para: a) reforçar dotação para a rede de comunicação de dados, haja

vista que, parte dos recursos destinados a cobrir essa despesa foi contingenciada (Nota de Dotação-21/2016); b) dar cobertura orçamentária para licitar novo contrato de limpeza para as 84 unidades administrativas; c) reforçar a rubrica orçamentária com PASEP, pois verifica-se a tendência de crescimento da Receita e o convênio firmado com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, já no início do exercício, evidencia necessidade de mais recursos para cobrir essa despesa até o encerramento do exercício; d) Adquirir Bens Permanentes (Filtros de água para as unidades administrativas; Tablets para ajudar os Fiscais na emissão da GTA eletrônica e, Ar Condicionado para unidades).

2.6 Setor de Diárias

O Setor de Diárias tem como finalidade precípua, emitir as concessões de Diárias autorizadas pela Presidência aos servidores desta Autarquia (unidade central e supervisões regionais), controlando todo o fluxo administrativo desde a concessão, até análise da comprovação e posteriormente (após encaminhamento para homologação) a baixa.

A Concessão de diárias, no âmbito da IDARON, é regulamentada pelo Decreto Nº 18.728 de 27 de março de 2014.

Durante o exercício de 2015 foram concedidas 7.853,5 (sete mil, oitocentas e cinquenta e oito e meia) diárias no valor total de R\$ 1.061.684,32 (um milhão sessenta e um mil e seiscentos e oitenta e quatro reais e trinta e dois centavos). Por diversas motivações foram devolvidas/canceladas a quantia de R\$ 26.265,15 (vinte e seis mil, duzentos e sessenta e cinco reais e quinze centavos), sendo, portanto, efetivamente liquidado um montante financeiro de R\$ 1.035.419,17 (um milhão trinta e cinco mil e quatrocentos e dezenove reais e setenta e sete centavos), distribuído regionalmente, conforme demonstrado abaixo:

Tabela 4 - Demonstrativo de Diárias Pagas

Nº REGIONAL	Nº DE DIÁRIAS	VALOR (R\$)
I Porto Velho (+Unid. Central)	2061,5	297.729,32
II Ariquemes	720,0	90.668,00
III Jaru	421,0	51.698,00
IV Ouro Preto D'Oeste	295,0	36.278,00
V Ji-Paraná	465,0	56.203,00
VI Cacoal	472,0	58.136,00

VII Vilhena	675,0	92.318,00
VIII Rolim de Moura	912,0	120.068,00
IX São Francisco do Guaporé	1274,0	180.098,00
X Guajará-Mirim	558,0	78.488,00
TOTAL GERAL	7853,5	1.061.684,32
DEVOLVIDAS	218,5	26.265,15
TOTAL LÍQUIDO	7635	1.035.419,17

Fonte : Setor de Diárias- IDARON-Fevereiro 2017

Demonstraremos abaixo os valores para concessões dos tipos de diárias, explicitadas na tabela a seguir:

Tabela 2- Tipos de Diárias Concedidas e Valores

Classificação do Cargo	Diária Intermunicipal (R\$)	Diária Interestadual (R\$)	Diária de Fronteira (R\$)	Diária Internacional (US\$)
PRESIDENTE	250,00	500,00	180,00	333,00
DIRETOR EXEUTIVO/ DIRETORIA ADMINISTRATIVA/ DIRETORIA TÉCNICA ASSESSORIA JURÍDICA	200,00	400,00	180,00	266,00
GERENTES	150,00	300,00	180,00	266,00
CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR	120,00	240,00	180,00	266,00
CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR	120,00	240,00	180,00	266,00

Durante o exercício de 2016 foram concedidas 8200,5 (oito mil e duzentas e meia) diárias no valor total de R\$ 1.087.006,15 (um milhão oitenta e sete mil e seis reais e quinze centavos). Por diversas motivações foram devolvidas/canceladas a quantia de R\$ 29.420,00 (vinte e nova mil, quatrocentos e vinte reais), sendo, portanto, efetivamente liquidado um montante financeiro de R\$ 1.057.586,15 (um milhão cinquente e sete mil, quinhentos e oitenta e seis reais e quinze centavos).

Tabela 5 - Saldo de empenho de diarias por PA

PA	VALOR EMPENHADO (R\$)	ANULAÇÃO EMPENHO (R\$)	REFORÇO EMPENHO (R\$)	SALDO (R\$)
DAF-2087	25.000,00	19.230,00	179.160,00	159.930,00
VEGETAL-2634	22.000,00	14.080,00	54.000,00	61.920,00

ANIMAL-2631	136.500,00	100.202,70	819.618,85	719.416,15
TOTAL	183.500,00	133.512,70	1.052.778,85	941.266,15

Fonte: Setor de Orçamento- março-2017

Tabela 6 - Demonstrativo de Diárias Pagas-2016

Nº REGIONAL	Nº DE DIÁRIAS	VALOR (R\$)
I Porto Velho (+Unid. Central)	1935,0	267.901,15
II Ariquemes	716,5	93.000,00
III Jaru	542,0	64.260,00
IV Ouro Preto D'Oeste	320,0	41.370,00
V Ji-Paraná	771,5	94.785,00
VI Cacoal	813,5	104.325,00
VII Vilhena	687,5	88.635,00
VIII Rolim de Moura	1019,5	134.505,00
IX São Francisco do Guaporé	918,0	128.955,00
X Guajará-Mirim	477,5	69.270,00
TOTAL GERAL	8200,5	1.087.006,15
DEVOLVIDAS	244	29.420,00
TOTAL LÍQUIDO	7.956,5	1.057.586,15

Fonte : Setor de Diárias- IDARON-Fevereiro 2017

A análise em relação ao exercício anterior demonstra-se que houve um aumento no quantitativo de diárias, no qual também foi acompanhada de aumento do volume financeiro.

Ao se confrontar as unidades administrativas podemos observar que houve um decréscimo no quantitativo de diárias e volume financeiro empregado nas regionais I, VII e IX, enquanto que nas demais regionais houve aumento na demanda quantitativa e financeira de diárias concedidas. Destacamos a Regional de Porto Velho e Unidade Central com maior volume de diárias concedidas nos dois anos consecutivos seguida da Regional de Rolim de Moura no ano de 2016.

2.7 Setor de Patrimônio

O Setor de Patrimônio tem como função principal, dar suporte a toda infraestrutura da IDARON, quanto ao fornecimento de equipamentos permanentes necessários para as atividades desempenhadas pelos diversos setores da IDARON,

administrando e fiscalizando a utilização e guarda dos bens móveis e imóveis, além de orientar os setores sobre a prática de conservação da manutenção do reparo e da administração em si dos bens permanentes.

O novo sistema de controle patrimonial ainda não foi concluído e, conseqüentemente, ainda não implantado em face de dificuldades operacionais para importação dos dados do antigo sistema. A equipe de desenvolvimento de sistemas está empenhada em adequar o banco de dados para permitir a importação, evitando assim a tarefa de recadastrar todos os bens patrimoniais da Agência, tarefa gigantesca que demandaria enorme esforço e mão de obra para coletar, coligar, digitar, conferir e consolidar os dados de cada um dos mais de 16.000 itens que compõem o patrimônio da IDARON.

Considerando a necessidade de controle do setor de patrimônio, no que tange adequação dos dados do Sistema de Patrimônio – SISPAT, com os dados in loco nas unidades foi realizado o inventário anual. Sendo averiguada a localidade e situação do bem na unidade, sendo esta, avisada com pelo menos uma semana de antecedência. A comissão de inventário 2015 visitou todas nossas unidades, bem como visualizando os bens da IDARON que se encontram sob a responsabilidade de outros órgãos.

Das atividades realizadas pelo Patrimônio, houve o recebimento de materiais novos permanentes referentes às ações previstas. De recurso próprio do ⁵IDARON, como também do Fundo Estadual de Sanidade Animal – ⁶FESA/RO. Desta forma, ocorreram diligências para a entrega do bem para cada Supervisor Regional e posterior transferência para as Unidades necessárias, a entrega diretamente para os Supervisores permite um maior controle e responsabilização do bem a ser entregue.

Os trabalhos rotineiros de recolhimento, acomodação e agrupamento de bens inservíveis, sucata e inviáveis levaram a procedimento que consiste em identificação do bem patrimonial, retirada de sua plaqueta com o tombamento e inclusão da mesma no processo de inserção do bem em agrupamento por natureza resultando na formação de lotes para posterior baixa no Sistema Patrimônio.

Assim, foram formal e processualmente baixados mais de cinco mil itens de bens patrimoniais que se encontravam inservíveis em todas as Unidades da IDARON no Estado, mas que jamais haviam sido tratados e encaminhados para regular baixa.

⁵ Lista de bens adquiridos pelo IDARON – Quadro 01 – Pag. 02.

⁶ Lista de bens adquiridos pelo FESA – Quadro 02 – Pag. 03.

Outros mais de quatro mil itens foram reclassificados contabilmente e baixados do patrimônio uma vez que, por tradição na IDARON, bens de pequeno valor como teclado, mouse, caixa de som, fone de ouvido, trilho de latão para paredes divisórias móveis (por metro linear), calador de sacaria, xícara, pires de cafezinho (por unidade) e etc.

O trabalho de regularização e atualização de todo o acervo patrimonial passou também por procedimentos de baixa, avaliação, desoneração junto ao DETRAN de 66 automóveis e caminhonetes e 36 motocicletas que foram assim, habilitados para serem alienados via leilão público, da mesma forma que motores geradores, motores de barco, barcos e carretas semirreboques, todos equipamentos que há anos restavam em situação de abandono nos depósitos da IDARON na Capital e em Unidades do interior.

Foi montado e dado encaminhamento a processo de leilão desses bens, procedimento que se encontra em fase de contratação de leiloeiro através da SUPEL.

Foram recebidos, cadastrados, tombados e distribuídos aos usuários, mediante procedimentos de controle e responsabilidade, os bens constantes do quadro abaixo:

Quadro 10- Relação de Bens Permanentes Incorporados ao Patrimônio – 2016 (Recurso IDARON)

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1	Bomba D'água Submersa	1	R\$ 179,00
2	Calador Sacaria 22.22 x 500 mm Inox	30	R\$ 3.315,90
3	Calador Sacaria 15.80 x 500 mm Inox	50	R\$ 4.682,00
4	Colchões	16	R\$ 6.800,00
5	Armário Extra Alto com portas	31	R\$ 37.975,00
6	Armário Baixo com portas	11	R\$ 7.260,00
7	Armário Baixo Executivo com 4 portas	02	R\$ 2.640,00
8	Armário Médio com portas	25	R\$ 24.000,00
9	Purificador de Água	100	R\$ 56.000,00
10	Central de Ar Condicionado de 12.000 BTU's	74	R\$ 162.577,26
11	Central de Ar Condicionado de 18.000 BTU's	29	R\$ 88.184,07
12	Central de Ar Condicionado de 22.000 BTU's	12	R\$ 50.859,60
13	Central de Ar Condicionado de 36.000 BTU's	09	R\$ 47.646,00
TOTAL			R\$ 492.118,83

Fonte: Setor de Patrimônio, Janeiro de 2017.

Quadro 11 - Principais Resultados Alcançados em 2016

SETOR DE PATRIMÔNIO	Racionalização	O contínuo trabalho de recolhimento e baixa de bens inservíveis permite desonerar as Unidades do Interior de bens improdutivos, permitindo a reposição por bens úteis.
	Inventário - 2015	Foi realizado o inventário no local de cada Unidade, constatado alguns bens não localizados, e adotada providências para abrir processo de tomada de contas.
	Remanejamento de bens	Foram alocados para uso todos os bens novos recebidos, sempre de acordo com planos pré-estabelecidos ou de acordo com a premência da demanda. Bens não novos, mas em boas condições foram continuamente remanejados onde melhor poderiam servir.
	Reintegração social	Considerando o convênio do IDARON e Fundo Penitenciário (Fupen) executado pela Secretaria de Estado de Justiça (Sejus) que visa à reinserção social de reeducandos do sistema prisional, houve o ingresso de alguns reeducandos para auxiliar nos serviços gerais e consequentemente, proporcionar melhores continuidades nos procedimentos, além de maior comprometimento com as ações e resultados.

Fonte: Setor de Patrimônio, Janeiro de 2017.

2.8 Setor de Adiantamento a Servidores

O Suprimento de Fundos, disciplinado através do Decreto Nº 10.851 de 29 de Dezembro de 2003 e regulamentado pela Portaria Nº 123/GAB/IDARON de 9 de Julho de 2004, é um mecanismo de que a Administração Pública utiliza para cobrir despesas excepcionais que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação, ou seja, não precede de licitação, conforme preceitua a Lei 8.666/93. Contudo, Este mecanismo de flexibilização financeira, constitui uma exceção dentro da Lei de licitações e somente poderá ser disponibilizado nos seguintes casos:

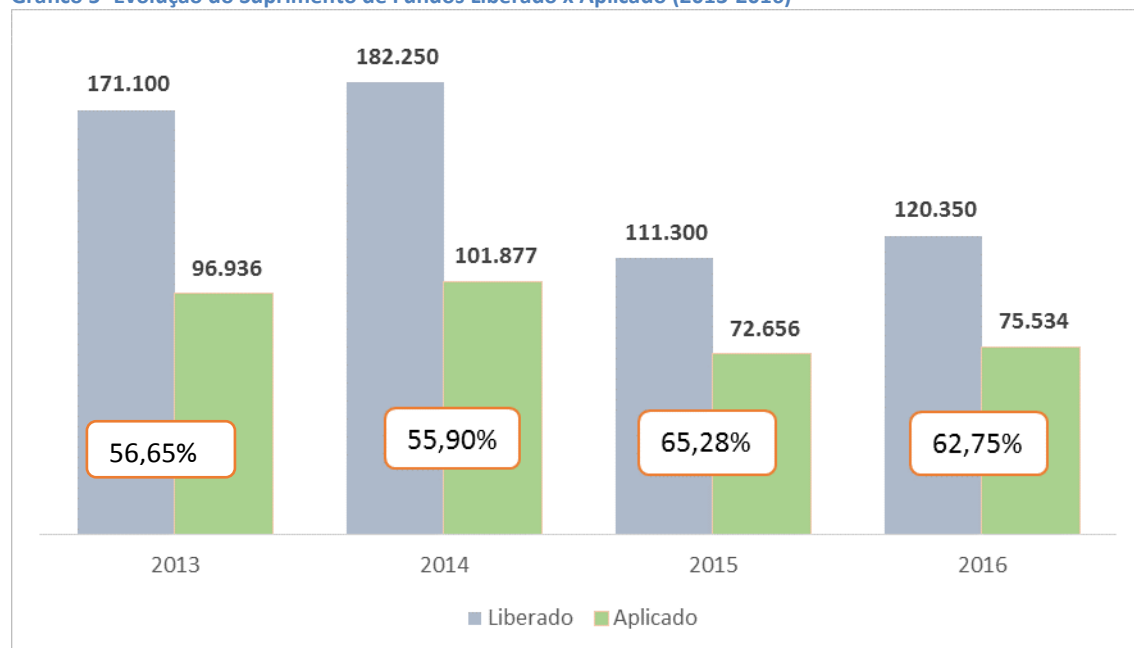
- a) Atender despesas de pequeno vulto;
- b) Atender despesas eventuais, viagens e serviços especiais que necessitem de pronto pagamento em espécie;

Para o exercício 2016, os servidores aptos a receberem adiantamento, estão descritos na Portaria Nº 050/GAB/IDARON, publicada no D.O.E Nº 25, de 11/02/2016, alterada pela Portaria Nº 238/GAB/IDARON, publicada no D.O.E Nº 101, de 06/06/2016 (inclusão da servidora Ingrid de Souza Batista).

Numa análise temporal do Suprimento de Fundos, no período de 2013 a 2016, conforme demonstração do gráfico. Verifica-se que a diferença entre o valor

liberado para arcar com as despesas e o valor aplicado pelo suprido, ficou na média, acima de 50%, com destaque para o exercício de 2015 e 2016, cuja diferença ficou acima de 60%. Essa diferença indica que há um excesso de liberação orçamentária, representando recursos que poderiam ser alocados para outras necessidades, evidenciando necessidade de ajustar os valores liberados com aplicado, afim de não imobilizar os recursos orçamentários.

Gráfico 5- Evolução do Suprimento de Fundos Liberado x Aplicado (2013-2016)



Fonte: Setor de Contabilidade – sistema DivePort, Março/2017.

Elaboração: Setor de Planejamento

Detendo-se na análise do exercício de 2016, verifica-se que foram concedidos 17 adiantamentos no valor de R\$ 120.350,00 (cento e vinte mil e trezentos e cinquenta reais), sendo aplicado somente o valor de R\$ 75.534,00 (setecentos e cinco mil e quinhentos e trinta e quatro reais), restando o saldo não utilizado e devolvido de R\$ 44.816,48 (quarenta e quatro mil, oitocentos e dezesseis reais e quarenta e oito centavos), conforme demonstrado na tabela.

Tabela 7- Concessão de Suprimento de Fundos Regionalizado - 2016

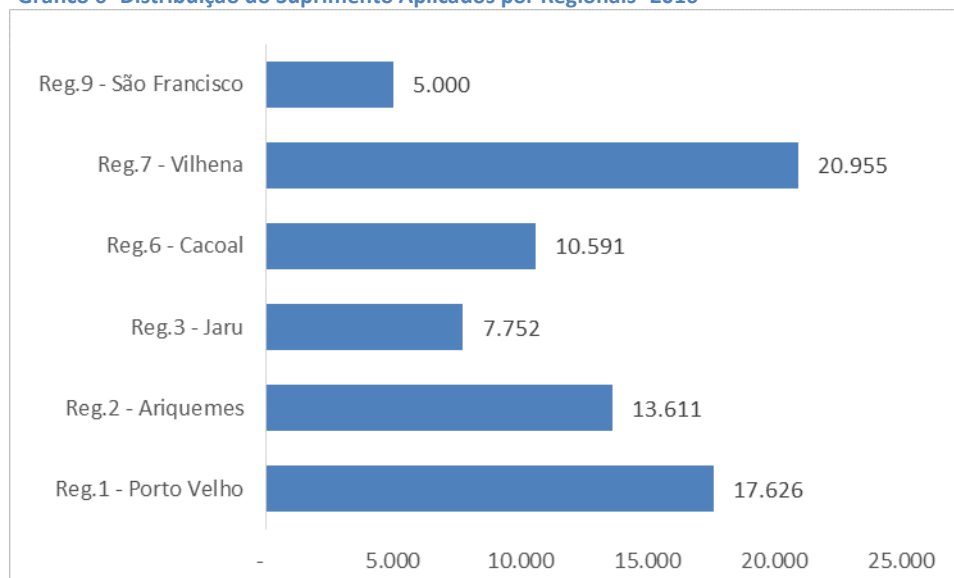
Regionais	Quantidade	Liberado	Aplicado
Reg.1 - Porto Velho	3	29.850	17.626
Reg.2 - Ariquemes	1	16.000	13.611
Reg.3 - Jaru	1	8.000	7.752
Reg.6 - Cacoal	2	16.800	10.591
Reg.7 - Vilhena	2	44.700	20.955
Reg.9 - São Francisco	1	5.000	5.000
TOTAL	10	120.350	75.534

Fonte: Setor de Contabilidade, Março/2017

Elaboração: Setor de Planejamento

Quando se analisa a distribuição do Suprimento de Fundos, por regionais, verificamos que Vilhena e Porto Velho representam as Regionais que mais demandam suprimentos.

Gráfico 6- Distribuição do Suprimento Aplicados por Regionais- 2016



Fonte: Setor de Planejamento/ IDARON/ Fevereiro 2016

2.9 Setor de Controle Interno

O Setor de Controle Interno tem como principal função: planejar e realizar exames e inspeções de auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional em todos os níveis, nas unidades administrativas da IDARON, de forma integrada e em conformidade com as metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas e do orçamento anual, políticas, leis, normas, regulamentos e diretrizes do órgão. Além das atribuições previstas no art. 70 e 74 da Constituição Federal, art. 51 da Constituição Estadual de RO e art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal, inclusive:

- Realizar fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial resultante de auditorias e inspeções nos exercícios financeiros de sua gestão ou de gestões anteriores, com a finalidade de atender diligência do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCER e Controladoria Geral do Estado – CGE;

- Estabelecer prazo para que os setores adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada inconsistências nos atos processuais, propondo, caso necessário, a sustação da execução da despesa.
- Controlar o cumprimento dos prazos para apresentação ao TCER, das prestações de contas anuais e mensais do ordenador de despesa, da IDARON, arquivando para controle os protocolos de entrega e número de autuação processual do TCER.
- Acompanhar e controlar o cumprimento das determinações expedidas pelo TCER, nos acórdãos das prestações de contas anuais.
- Comunicar ao Presidente da IDARON, sobre toda e qualquer irregularidade ou ilegalidade que vier ao conhecimento desse controle para que tome as providências que julgar necessária;
- Examinar os atos de admissão de pessoal, a qualquer título, excetuados as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- Acompanhar o cumprimento de recomendações decorrentes de trabalhos de auditoria interna e externa e a correção de problemas de caráter organizacional, estrutural, operacional e sistêmico sugeridos.
- Avaliar os sistemas estabelecidos, normas, procedimentos, controles internos e estruturas organizacionais quanto a aspectos de eficiência, efetividade, qualidade e segurança para assegurar a observância das políticas, metas, planos, leis e regulamentos e sua efetiva utilização, inclusive, prevenindo ou revelando erros e fraudes.
- Realizar a fiscalização da aplicação de quaisquer recursos recebidos e repassados, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres;
- Emitir relatórios de auditoria sobre as atividades desenvolvidas na IDARON nos prazos estabelecidos em regulamentos;
- Verificar e prevenir fraudes, erros ou falhas, por meio da análise prévia dos processos de despesas;
- Apresentar ao Presidente da IDARON, relatório anual, sobre as atividades desenvolvidas;
- Analisar e emitir parecer, informação ou despacho sobre os processos de prestação de contas de suprimentos de fundos, diárias e demais despesas;
- Acompanhar os prazos e averiguar o cumprimento dos requisitos estabelecidos em regulamentos de Tomada de Contas Especial instaurada no âmbito da IDARON.

- realizar outras atribuições direta ou indiretamente relacionadas ao pleno desenvolvimento das atividades inerentes ao controle interno e manter cooperação junto ao órgão central de controle interno no âmbito do Poder Executivo e Controle Externo.
- acompanhar e avaliar o cumprimento do Plano Plurianual, acompanhando a execução e o cumprimento das metas previstas.

Destacamos também o disposto na Lei Complementar nº 665, de 21 de maio de 2012 (Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações da IDARON), sobre a atribuição do Analista de Controle Interno: execução, supervisão, coordenação e direção de tarefas especializadas de auditoria contábil, de programas e de gestão orçamentária, financeira e patrimonial; interpretação da legislação trabalhista, legislação de pessoal e legislação financeira e econômico fiscal; assessoramento especializado das unidades administrativas da IDARON no que concerne aos atos e fatos da administração orçamentária, financeira e patrimonial; dentre outras tarefas inerentes às atividades do setor.

No exercício de 2016, o Setor de Controle Interno da IDARON emitiu 2.492 (dois mil, quatrocentos e noventa e dois) documentos, que incluem: parecer, ofício, memorando e despachos quanto à regularidade da despesa, sendo:

Quadro 12 - Distribuição das atividades

Quantidade	Assunto
93	Fornecedores
2001	Diárias
23	Suprimento de fundos
258	Gestão de Pessoal
17	Pareceres prévios de despesa
09	Doação de Bens
01	Descarte de Bens Inservíveis
02	Cessão de Uso
33	Despachos
43	Memorandos
12	Ofícios

Fonte: Controle Interno/IDARON, fevereiro/2017.

Após análise feita pelo setor, constatou-se que, em linhas gerais, o processamento ocorreu dentro da normalidade, sendo que as impropriedades encontradas se referiram a procedimentos quanto à tramitação, não sendo evidenciado dano ao erário.

3 GESTÃO CONTÁBIL

3.1 Da Proposta Orçamentária

A Lei Orçamentária Estadual nº 3.745, de 23.12.2015 (Lei Orçamentária Anual – LOA)⁷, que estimou a receita e fixou a despesa para o Governo do Estado de Rondônia para o exercício de 2016, estabeleceu dotação orçamentária para a Unidade Gestora 190023 Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON, em R\$ 69.761.201,00 (sessenta e nove milhões, setecentos e sessenta e um mil, duzentos e um reais)¹, e fixou a despesa em igual valor, demonstrando o perfeito equilíbrio nas previsões entre Repasse e as Despesas Orçamentárias.

O orçamento inicial de R\$ 69.761.201,00 (sessenta e nove milhões, setecentos e sessenta e um mil, duzentos e um reais), foi alterado para R\$ 76.316.861,85 (setenta e seis milhões, trezentos e dezesseis mil, oitocentos e sessenta e um reais e oitenta e cinco centavos)⁸, em decorrência da abertura de créditos adicionais suplementares, de R\$ 6.555.660,85 seis milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e sessenta reais e oitenta e cinco centavos), gerando assim uma majoração de 9,4% em relação ao total da despesa inicialmente fixada.

O quadro apresentado a seguir evidencia essa movimentação orçamentária:

Quadro 13 - Demonstrativo da Evolução Orçamentária – Exercício de 2016

Título	(Em R\$ 1,00)	AV⁹ (%)
Orçamento Inicial	69.761.201,00	100
(+) Créditos Adicionais Suplementares	10.886.751,37	15,60
(-) Anulação de Dotações	4.331.090,52	6,21
(=) Autorização Final da Despesa¹⁰	76.316.861,85	109,4
(-) Despesas Empenhadas	69.906.469,58	91,60
(=) Saldo de Dotações (Economia de dotações orçamentárias)	6.410.392,27	8,4

Fonte: Quadro Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira, e Balanço Orçamentário – Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64.

Os dados do quadro supra revelam que a Lei Orçamentária Anual nº 3.745, de 23.12.2015, fixou as despesas da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON, para o exercício financeiro em tela, em R\$ 69.761.201,00 (sessenta e nove milhões, setecentos e sessenta e um mil, duzentos e

⁷ Dados extraído no endereço eletrônico <www.diof.ro.gov.br>, publicado em DOE nº 2851 de 29/12/2015.

⁸ Conforme consignado no Quadro Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira e no Balanço Orçamentário – Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64.

⁹ AV = Análise Vertical, tomando como base o valor da dotação inicial.

¹⁰ Após as alterações processadas no exercício financeiro.

um reais), e, no decorrer do exercício, houve suplementação de R\$ 10.886.751,37 (dez milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, setecentos e cinquenta e um reais e trinta e sete centavos), enquanto as anulações de dotações processadas no exercício totalizaram R\$ 4.331.090,52 (quatro milhões, trezentos e trinta e um mil, noventa reais e cinquenta e dois centavos), resultando uma autorização final de Despesas no montante de R\$ 76.316.861,85 (setenta e seis milhões, trezentos e dezesseis mil, oitocentos e sessenta e um reais e oitenta e cinco centavos), que representa uma majoração (variação aumentativa) percentual de 9,4%¹¹ em relação ao total da despesa inicialmente fixada.

3.2 Da Gestão Financeira

Constata-se a seguinte movimentação financeira processada no exercício de 2016, no âmbito da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON:

Quadro 14 - Demonstrativo da Execução Financeira – Exercício de 2016

Títulos	Dados do Órgão Dez/2016 (Em R\$ 1,00)	AV¹² (%)
A Dotação Autorizada ¹³	76.316.861,85	109,4
B (-) Despesa Empenhada	69.906.469,58	100,00
C (=) Saldo Orçamentário (“A” – “B”)	6.410.392,27	8,4
D (-) Despesa Paga	69.097.723,17	98,84
E (=) Restos a Pagar (“B” – “D”)	808.746,41	1,16

Fonte: Quadro Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira; Balanço Orçamentário – Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64; Demonstrativo do Comparativo da Despesa Autorizada com a Despesa Realizada – Anexo 11 da Lei Federal nº 4.320/64; e Balanço Financeiro – Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64.

Os dados do quadro acima revelam que a Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON, no exercício de 2016, empenhou despesa no valor de R\$ 69.906.469,58 (sessenta e nove milhões, novecentos e seis mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e cinquenta e oito centavos) sendo que R\$ 69.097.723,17 (sessenta e nove milhões, noventa e sete mil, setecentos e vinte e três reais e dezessete centavos), correspondendo 98,84% do valor empenhado no exercício, consoante dados do Quadro Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira, foram pagos no exercício e R\$ 808.746,41 (oitocentos e oito mil, setecentos e quarenta e seis reais e quarenta e um centavos), ficaram como Despesa Orçamentária a pagar no próximo exercício, representando 1,16% do montante empenhado.

¹¹ Memória de cálculo: (R\$76.316.861,85 – R\$69.761.201,00)/R\$69.761.201,00 * 100).

¹² AV = Análise Vertical, tomando como base o valor da despesa empenhada no exercício.

¹³ Após as alterações orçamentárias processadas no exercício.

3.2.1 Análises Dos Demonstrativos Contábeis

As demonstrações Contábeis a serem elaboradas pelas entidades públicas ao final do exercício financeiro encontram-se regulamentadas no art. 101 da Lei Federal nº 4.320/1964¹⁴.

3.2.2 Balanço Orçamentário – Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64.

O Balanço Orçamentário - Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, tem por objetivo demonstrar as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas, apresentando o seguinte quadro.

No intuito de demonstrar que, apesar da UG não arrecadar o suficiente para arcar com as despesas do exercício, já havia previsão inicial, na LOA e no PPA, de Repasses da Fonte do Tesouro, para suportar tais despesas. O quadro abaixo foi elaborado demonstrando o Balanço Orçamentário com a adição dos repasses, tanto na previsão, quanto na execução do orçamento demonstrando que já havia Equilíbrio Orçamentário.

Quadro 15 - Receitas

Títulos	Previsão Ajustada	Execução	Diferença
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	11.781.000,00	76.589.109,24	4.530.252,01
Receitas Correntes	11.781.000,00	76.589.109,24	4.530.252,01
Receita Patrimonial	740.000,00	1.167.791,77	427.791,77
Receita de Serviços	7.140.307,58	13.370.187,25	6.229.879,67
Transferências Correntes	1.736.000,00	1.736.000,00	0,00
Outras Receitas Correntes	2.164.692,42	37.272,99	-2.127.419,43
SUB TOTAL	11.781.000,00	16.311.252,01	4.530.252,01
Déficit	64.535.861,85	53.595.217,57	-10.940.644,28
T O T A L	76.316.861,85	69.906.469,58	-6.410.392,27

Quadro 16 - Despesas

Títulos	Fixada ¹⁵	Realizada	Diferença
Créditos Orçamentários, Suplementar e Especial	76.316.861,85	69.906.469,58	6.410.392,27
SOMA	76.316.861,85	69.906.469,58	6.410.392,27
Superávit		0,00	0,00
T O T A L	76.316.861,85	69.906.469,58	6.410.392,27

Fonte: Quadro Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira; Balanço Orçamentário – Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64; Demonstrativo do Comparativo da Despesa Autorizada com a Despesa Realizada – Anexo 11 da Lei Federal nº 4.320/64; e Balanço Financeiro – Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64.

Porém, observando a Lei Orçamentária Anual nº 3.745, de 23.12.2015, que fixou as despesas da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON, para o exercício financeiro em tela, verifica-se que as fontes de recursos

¹⁴ Art. 101. Os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, segundo os Anexos números 12, 13, 14 e 15 e os quadros demonstrativos constantes dos Anexos números 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 16 e 17.

¹⁵ Considerados os ajustes processados no exercício (abertura de créditos adicionais e cancelamentos de dotações).

para custearem as despesas da autarquia, inicialmente fixadas, foram definidas da seguinte forma:

DISCRIMINAÇÃO	FONTES			TOTAL (R\$)
	TESOURO (R\$)	ARRECADAÇÃO PRÓPRIA (R\$)	CONVÊNIOS (R\$)	
Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia.	59.716.201,00	10.045.000,00	0,00	69.761.201,00
%	85,60	14,40	0,00	100,00

Vale notar que apenas 14,40% das despesas inicialmente fixadas para a autarquia estadual seriam custeados com recursos próprios (arrecadados diretamente pela entidade), e o restante, 84,60%, seriam custeadas com repasses de recursos do Tesouro, portanto, receita de natureza Intra-ornamentária.

Dessa maneira, considerando que a IDARON não possui arrecadação própria suficiente para fazer face à totalidade de suas despesas (vez que se trata de uma entidade da Administração Indireta do Estado, com arrecadação própria insuficiente para os custeios e investimentos necessários a manutenção da Autarquia), essa peça contábil (Balanço Orçamentário) perde uma importante informação, isto é, impossibilita a apuração real do resultado da execução orçamentária, porque o lado das “Receitas” fica com valores inferiores ao efetivamente ingressados na entidade, apontando um déficit “irreal” de previsão inicial de receitas de R\$ 59.716.201,00 (cinquenta e nove milhões setecentos e dezesseis mil e duzentos e um reais) e déficit de realização de receitas de R\$ 53.595.217,57 (cinquenta e três milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, duzentos e dezessete reais e cinquenta e sete centavos).

Assim, com o desiderato de mensurar o resultado da execução orçamentária ocorrida no decorrer do exercício de 2016, na Unidade Gestora, recorremos ao Balancete de Verificação do mês de dezembro/2016, o qual identificamos o valor das Variações Patrimonial Aumentativa – Transferências Intragovernamentais foi de R\$ 60.277.857,23 (sessenta milhões, duzentos setenta e sete mil, oitocentos cinquenta e sete reais e vinte e três centavos)

3.2.3 Índices Do Resultado Da Execução Orçamentária

Quociente da Arrecadação da Receita (QAR)

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Receita (Orçamentária + Intraorçamentária)	76.589.109,24
(/) Receita Prevista ¹⁶	76.316.861,85

¹⁶ Conforme consta no Balanço Orçamentário – Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64.

QAR	1,00
------------	-------------

Esse resultado indica que para cada R\$1,00 (um real) de receita prevista, foram arrecadados aproximadamente R\$ 1,00 (um real), evidenciando equilíbrio entre a receita arrecadada e a prevista.

Quociente da Realização da Despesa (QRD)

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Despesa Orçamentária Realizada (Executada)	69.906.469,58
(/) Despesa Orçamentária Autorizada ¹⁷	76.316.861,85
QRD	0,92

Esse resultado indica que para cada R\$1,00 (um real) de despesa autorizada, foi realizada (executada), R\$ 0,92 (noventa e dois centavos), o que significa que houve economia orçamentária na ordem de 8%.

Quociente do Resultado da Execução Orçamentária (QREO)

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Receita (Orçamentária + Intraorçamentária)	76.589.109,24
(/) Despesa Orçamentária Realizada (Executada)	69.906.469,58
QREO	1,10

Esse resultado indica que para cada R\$1,00 (um real) de despesa realizada, arrecadou-se R\$ 1,10 (um real e dez centavos), o que significa que houve déficit de execução orçamentária.

3.2.4 Balanço financeiro – anexo 13 da lei federal nº 4.320/64

O Balanço Financeiro - Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, objetiva demonstrar a receita e a despesa orçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte, e se apresenta da seguinte forma:

RECEITAS		
TÍTULOS	R\$	R\$
Orçamentária		76.589.109,24
Receitas Correntes		14.537.979,02
Receita Patrimonial	1.167.791,77	
Receitas de Serviços	13.370.187,25	
Outras Receitas Correntes	37.605,65	
Transferências Recebidas	62.013.857,23	62.013.857,23

¹⁷ Após as alterações processadas no exercício financeiro.

Repasse Recebidos	60.277.857,23	
Transferências de Convênios	1.736.000,00	
Extraorçamentária		76.951.181,61
Restos a Pagar (inscrição)	808.746,41	
Valores Restituíveis	15.624.435,17	
Haveres Financeiros	60.518.000,03	
Saldo do Exercício Anterior		9.223.298,63
Bancos Contas Movimento	9.223.298,63	
TOTAL		162.763.589,48

Fonte: Balanço Financeiro – Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64.

DESPESAS

TÍTULOS		R\$
Orçamentária (por Função de Governo)		69.906.469,58
Agricultura	69.906.469,58	
Transferências Financeiras Concedidas	192.705,14	192.705,14
Extraorçamentária		78.966.326,01
Restos a Pagar (pagamentos no exercício)	2.916.536,41	
Valores Restituíveis	15.551.647,29	
Haveres Financeiros	60.498.315,31	
Saldo Para o Exercício Seguinte		13.698.088,75
Bancos Contas Movimento	13.698.088,75 ¹⁸	
TOTAL		162.763.589,48

Fonte: Balanço Financeiro – Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64.

Importa sublinhar que quando confrontamos o valor do Saldo para o Exercício Seguinte existente em 31.12.2016, de R\$ 13.698.088,75 (treze milhões, seiscentos e noventa e oito mil, oitenta e oito reais e setenta e cinco centavos), com o valor do Saldo do Exercício Anterior existente em 31.12.2015, de R\$ 9.223.298,63 (nove milhões, duzentos e vinte e três mil, duzentos e noventa e oito reais e sessenta e três centavos), verifica-se o “superávit financeiro” do exercício, de R\$ 4.474.790,12 (setecentos e oitenta e dois mil, oitocentos e trinta e quatro reais e trinta e dois centavos).

As contas registradas nesta peça Contábil apresentam a seguinte movimentação:

RESTOS A PAGAR

DESCRIÇÃO	VALOR	
Saldo do Exercício Anterior	R\$	3.965.060,04
(+) Inscrição	R\$	808.746,41

¹⁸ Somatório do Caixa e Equivalente de Caixa do exercício no valor de 13.698.088,75 + Depósitos Restit. e Valores Vinculados R\$ 158.175,57.

(-) Baixa	R\$	3.965.060,04
Por pagamento/cancelamento	R\$	3.965.060,04
(=) Saldo Para o Exercício Seguinte	R\$	808.746,41

Fonte: Balanço Financeiro – Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64; Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64; Demonstrativo da Dívida Flutuante – Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64; e Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP – Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64.

Quociente de Disponibilidades Financeiras para Pagamento de Restos a Pagar (QDFPRP)

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Disponibilidades Financeiras ¹⁹	13.539.913,18
(/) Restos a Pagar (Processados e Não Processados)	808.746,41
QDFPRP	16,74

Esse resultado indica que para cada R\$1,00 (um real) de Restos a Pagar inscritos, há, R\$ 16,74 (dezesesseis reais e setenta e quatro centavos) de disponibilidade financeira para fazer face ao respectivo pagamento.

Quociente de Inscrição de Restos a Pagar (QDIRP)

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Restos a Pagar (Processados e Não Processados)	808.746,41
(/) Total das Despesas Empenhadas no exercício	69.906.469,58
QDIRP	0,01

Esse resultado indica que para cada R\$1,00 (um real) de despesa empenhada, R\$0,01 (um centavo de real) foram inscritos em Restos a Pagar.

CONSIGNAÇÕES E DEPÓSITOS

DESCRIÇÃO	VALOR
Saldo do Exercício Anterior ²⁰	R\$ 85.214,69
(+) Inscrição	R\$ 15.624.435,17
(-) Baixa (Pagamentos)	R\$ 15.551.474,29
(=) Saldo Para o Exercício Seguinte	R\$ 158.175,57

Fonte: Balanço Financeiro – Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64; Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64; Demonstrativo da Dívida Flutuante – Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64; Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP – Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64.

3.2.5 Disponibilidades financeiras para pagamentos das obrigações assumidas no exercício, e em exercícios anteriores, que não foram pagas (§ 1º, DO ART. 1º DA LRF)

Saldo Disponível em 31.12.2016	\$	13.698.088,75
(-) Restos a Pagar do exercício e de exercício anterior	\$	808.746,41
(-) Outras Obrigações Financeiras (Valores Restituíveis)		

¹⁹ Deduzidos os valores comprometidos com “Depósitos e Consignações”.

²⁰ Valor extraído do Demonstrativo da Dívida Flutuante – Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64.

	\$	158.175,57
(=) Suficiência de Disponibilidade Financeira (Superávit Financeiro)	\$	12.731.166,77

Fonte: Balanço Financeiro – Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64; Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64; Demonstrativo da Dívida Flutuante – Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64.

Conforme observado no quadro acima, a IDARON apresenta uma suficiência financeira no valor R\$ **12.731.166,77** (doze milhões, setecentos e trinta e um mil, cento de sessenta e seis reais e setenta e sete centavos), portanto, existe lastro financeiro para pagamento das obrigações construídas durante o exercício, cumprindo, o princípio do equilíbrio financeiro, preconizado no § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101/2000.

3.2.6 Variação do saldo patrimonial financeiro

VARIAÇÃO DO SALDO PATRIMONIAL FINANCEIRO

Elementos	No Início 2016 (R\$) ²¹	No Fim 2016 (R\$)	Variações (R\$)
Ativo Financeiro	9.223.298,63	13.698.088,75	- 4.474.790,12
Passivo Financeiro	4.050.274,73	966.921,98	3.083.352,75
Saldo Patrimonial Financeiro	(S) 5.173.023,90	(S) 12.731.166,77	- 7.558.142,87

Fonte: Balanço Financeiro – Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64; Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64; e Demonstrativo da Dívida Flutuante – Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64.

O confronto entre o ATIVO FINANCEIRO e PASSIVO FINANCEIRO no exercício encerrado demonstra um superávit financeiro de R\$ **12.731.166,77** (doze milhões, setecentos e trinta e um mil, cento de sessenta e seis reais e setenta e sete centavos), evidenciando uma gestão financeira, em princípio, eficiente no âmbito da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON.

3.3 Balanço patrimonial – anexo 14 da lei federal Nº 4.320/64

O Balanço Patrimonial - Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, tem por finalidade demonstrar sinteticamente o patrimônio da entidade no final do exercício de 2015, e se apresenta da seguinte forma:

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	VALOR (R\$)	AV (%)	TÍTULOS	VALOR (R\$)	AV (%)
ATIVO			PASSIVO		

²¹ Valor extraído do Balanço Patrimonial - Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, do exercício de 2016.

ATIVO CIRCULANTE	13.539.913,18	26,33	PASSIVO CIRCULANTE	245.834,93	0,48
Caixa e Equivalente de Caixa	13.539.913,18	26,33	Fornecedores e Contas a Pagar Curto Prazo	87.659,36	0,17
Valores Restituíveis	158.175,57	0,31	Valores Restituíveis	158.175,57	0,31
Demais Créditos em Circulação	373.389,51	0,73	TOTAL DO PASSIVO	245.834,93	0,48
Estoques	1.099.528,39	2,14			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	36.253.641,97	70,50	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Imobilizado	36.253.641,97	70,50	Superávit/Déficits do Exercício	6.374.602,60	12,40
Bens Móveis	32.085.168,74	62,39	Superávit/Déficits do Exercício Anterior	49.883.235,87	97,00
Demais Valores a Curto Prazo Bens Imóveis	4.168.473,23	8,11	Ajustes de Exercícios Anteriores	-5.079.024,78	-9,88
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	51.178.813,69	99,52
TOTAL	51.424.648,62	100,00	TOTAL	51.424.648,62	100,00

A Situação Financeira Patrimonial da IDARON, nos últimos dois exercícios financeiros, evidencia a seguinte posição:

I) Exercício de 2015:

$$\frac{\text{Ativo Financeiro}}{\text{Passivo Financeiro}} = \frac{R\$9.223.298,63}{R\$ 4.050.274,73} = 2,28$$

Fonte: Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, exercício de 2015.

No exercício financeiro de 2015 a IDARON contabilizou uma dívida de curto prazo (Flutuante) de R\$ 4.050.274,73 (quatro milhões, cinquenta mil, duzentos e setenta e quatro reais e setenta e três centavos), enquanto as informações do ativo financeiro eram de R\$9.223.298,63 (nove milhões, duzentos e vinte e três mil, duzentos e noventa e oito reais e sessenta e três centavos). Dividindo os ativos pelas obrigações, chegamos ao coeficiente de 2,28, o que demonstra que para cada R\$1,00 (um real) de dívida de curto prazo, a Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON dispõe de R\$ 2,28 (dois reais e vinte e oito centavos) de ativo financeiro para fazer face a tais obrigações. Portanto, uma situação financeira **superavitária**.

II) Exercício de 2016:

Ativo Financeiro	R\$ 13.698.088,75
----- = 14,16	

Passivo Financeiro	R\$ 966.921,98
--------------------	----------------

Fonte: Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, exercício de 2016.

Já no exercício financeiro de 2016 a IDARON contabilizou uma dívida de curto prazo (Flutuante) de R\$ 966.921,98 (novecentos e sessenta e seis mil, novecentos e vinte e um reais e noventa e oito centavos), enquanto as informações do ativo financeiro eram de R\$ 13.698.088,75 (treze milhões, seiscentos noventa e oito mil, oitenta e oito reais e setenta e cinco centavos). Dividindo os ativos pelas obrigações, chegamos ao coeficiente de 14,16 o que demonstra que para cada R\$1,00 (um real) de dívida de curto prazo, a Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON dispõe de R\$ 14,16 (quatorze reais e dezesseis centavos) de ativo financeiro para fazer face a tais obrigações. Portanto, uma situação financeira também **superavitária**.

Verifica-se que no comparativo com o exercício anterior (2015), houve uma aumento da situação financeira superavitária de 521,05%²².

O coeficiente econômico-financeiro da IDARON, nos últimos dois exercícios financeiros, apresenta o seguinte resultado:

I)Exercício de 2015:

Passivo Real	R\$4.050.274,73
----- X 100 = 7,98%	
Ativo Real	R\$50.783.111,08

Fonte: Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, exercício de 2015.

O índice acima demonstra que, no exercício financeiro de 2015, as dívidas totais (obrigações de curto e longo prazo) da IDARON representam 7,98% do Patrimônio ou Ativo Real, significando dizer que as obrigações totais da IDARON são menores em 92,02% em relação ao seu Ativo Real (conjunto de bens e direitos), acarretando um Ativo Real Líquido no valor absoluto de R\$ 46.732.836,35 (quarenta e cinco milhões, trezentos e dezessete mil, seiscentos e oitenta reais e três centavos).

II) Exercício de 2016:

Passivo Real	R\$ 966.921,98
--------------	----------------

²² Memória de cálculo: $[(R\$14,16 - R\$2,28) / R\$2,28] * 100$

----- X 100 = **1,88%**
 Ativo Real R\$ 51.424.648,98

Fonte: Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, exercício de 2016.

O índice acima demonstra que, no exercício financeiro de 2016, as dívidas totais (obrigações de curto e longo prazos) da IDARON representam 1,88% do Patrimônio ou Ativo Real, significando que as obrigações totais da IDARON são menores em 98,12% em relação ao seu Ativo Real (conjunto de bens e direitos), acarretando um Ativo Real Líquido no valor absoluto de R\$ 51.424.648,98 (cinquenta e um milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, seiscentos e quarenta e oito reais e noventa e oito centavos).

No comparativo com o exercício anterior (2015) houve uma diminuição neste índice de -76,44%²³.

Situação do Permanente - Quociente da Situação do Permanente (QSP)
- Exercício de 2015

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Total do Ativo não Circulante	41.559.812,45
(/) Total do Passivo Permanente	0,00
QSP	-

Fonte: Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64 exercício 2016.

Cumprir destacar que, em face da inexistência de Passivo Permanente no âmbito da IDARON, o cálculo desse índice restou prejudicado.

- Exercício de 2016

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Total do Ativo Permanente	36.253.641,97
(/) Total do Passivo Permanente	0,00
QSP	-

Fonte: Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64 exercício 2016.

Cumprir destacar que, a exemplo do ocorrido no exercício anterior, em face da inexistência de Passivo Permanente no âmbito da IDARON, o cálculo desse índice restou prejudicado.

Resultado Patrimonial - Quociente de Resultado Patrimonial (QRP)

- Exercício de 2015

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Soma do Ativo Real	50.783.111,08
(/) Soma do Passivo Real	4.050.274,73
QRP	12,54

²³ Memória de cálculo: [(1,88% – 7,98%)/7,98,%] * 100.

Fonte: Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, exercício 2016.

Calculando-se o QRP foi obtido o quociente igual a 12,54 evidenciando que para cada R\$1,00 (um real) em obrigações totais existem R\$ 12,54 (doze reais e cinquenta e quatro centavos) em bens e direitos, o que se depreende por mais um exercício de **superávit patrimonial**.

- Exercício de 2016

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Soma do Ativo Real	51.424.648,62
(/) Soma do Passivo Real	966.921,98
QRP	53,18

Fonte: Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, exercício 2016.

Calculando-se o QRP foi obtido o quociente igual a 53,18 evidenciando que para cada R\$1,00 (um real) em obrigações totais existem R\$ 53,18 (cinquenta e três reais e dezoito centavos) em bens e direitos, o que se depreende por mais um exercício de **superávit patrimonial**.

No comparativo com o exercício anterior (2015) identificamos um aumento desse índice de 324,08%²⁴.

ALMOXARIFADO

DESCRIÇÃO	VALOR	
Saldo do Exercício Anterior	R\$	1.097.401,78
(+) Inscrição ²⁵	R\$	826.164,13
(-) Baixa ²⁶	R\$	824.037,52
(=) Saldo Para o Exercício Seguinte	R\$	1.099.528,39

Fonte: Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64; Balancete do mês 13/2015 opção 03; e Quadro Demonstrativo de Material em Estoque (Almoxarifado) - CD.

3.3.1 Da movimentação das contas componentes do ativo não circulante

Salienta-se que a IDARON possui registrado na conta Imobilizado o montante de R\$ 36.253.641,97 (trinta e seis milhões, duzentos e cinquenta e três mil, seiscentos e quarenta e um reais e noventa e sete centavos), representando 70,50% do total do Ativo, compostos pela conta Bens Imóveis, no valor de R\$4.168.473,23 (quatro milhões, cento e sessenta e oito mil, quatrocentos e setenta e três reais e vinte e três centavos), e da conta de Bens Móveis, no montante de R\$ 32.085.168,74 (trinta e dois milhões, oitenta e cinco mil, cento e sessenta e oito reais e setenta e quatro centavos),

²⁴ Memória de cálculo: $[(53,18 - 12,54)/12,54] * 100$.

²⁵ Valor extraído dos Balancetes mensais (janeiro a dezembro/2016).

²⁶ Valor extraído dos Balancetes mensais (janeiro a dezembro/2016).

conforme informações extraídas do Balanço Patrimonial 2016 – Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64.

O Ativo não Circulante compreende consoante a norma, os bens, créditos e valores, cuja imobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

As contas registradas no Ativo e Passivo Permanente sofreram a seguinte movimentação:

BENS MÓVEIS

DESCRIÇÃO	VALOR	
Saldo do Exercício Anterior	R\$	35.801.701,23
(+) Inscrição ²⁷	R\$	991.461,77
(-) Baixa ²⁸	R\$	4.707.994,26
(=) Saldo Para o Exercício Seguinte	R\$	32.085.168,74

Fonte: Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64; Demonstrativo Sintético das Contas Componentes do Ativo Permanente – Anexo TC 23; e Quadro Demonstrativo de Bens Patrimoniais da IDARON - CD.

BENS IMÓVEIS

DESCRIÇÃO	VALOR	
Saldo do Exercício Anterior	R\$	4.168.473,23
(+) Inscrição ²⁹	R\$	0,00
(-) Baixa ³⁰	R\$	0,00
(=) Saldo Para o Exercício Seguinte	R\$	4.168.473,23

Fonte: Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64; Demonstrativo Sintético das Contas Componentes do Ativo Permanente – Anexo TC 23; e Inventário Físico-Financeiro dos Bens Imóveis – CD.

3.4 Demonstração das variações patrimoniais – dvp – anexo 15 da lei federal Nº 4.320/64

A Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64, tem por finalidade evidenciar as alterações verificadas no Patrimônio, resultante ou independente da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício, conforme demonstrativo a seguir:

VARIAÇÕES ATIVAS			VARIAÇÕES PASSIVAS		
CONTAS	VALORES (R\$)	AV (%)	CONTAS	VALORES (R\$)	AV (%)
VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	76.589.109,24	100,00	VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	70.214.506,64	100,00

²⁷ Valor extraído dos Balancetes mensais (janeiro a dezembro/2016).

²⁸ Valor extraído dos Balancetes mensais (janeiro a dezembro/2016).

²⁹ Valor extraído dos Balancetes mensais (janeiro a dezembro/2016).

³⁰ Valor extraído dos Balancetes mensais (janeiro a dezembro/2016).

Exploração e Venda de Bens e Serviços	13.370.187,25	17,46	Pessoal e Encargos	59.086.333,15	84,15
Variação Patrimoniais aumentativas Financeiras	1.167.791,77	1,52	Benefícios Previdenciários	2.218,89	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	62.013.857,23	80,97	Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	10.116.883,09	14,41
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	37.272,99	0,05	Transferenciais e Delegações Concedidas	286.020,51	0,41
			Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	503.598,34	0,72
			Tributárias	216.662,18	0,31
			Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	2.790,48	0,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	76.589.109,24	100,00	TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	70.214.506,64	100
RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	0,00	RESULTADO PATRIMONIAL	6.374.602,60	9,08
Déficit Verificado	0,00	0,00	Superávit Verificado	6.374.602,60	9,08
TOTAL	76.589.109,24	100,00	TOTAL	76.589.109,24	109,08

3.4.1 Variações aumentativas

São aquelas ocorridas nos valores do Patrimônio da Entidade, de modo a aumentar-lhe o vulto.

3.4.2 Variações diminutivas

São aquelas ocorridas nos valores do Patrimônio, de modo a diminuir-lhe o vulto.

RESULTADO PATRIMONIAL

Analisando a Demonstração das Variações Patrimoniais, verificamos que o reflexo do Resultado Patrimonial do exercício na situação líquida inicial, resultou no Saldo Patrimonial a seguir demonstrado:

DESCRIÇÃO		VALORES	
31	Patrimônio Líquido Exerc. Anterior (31.12.2015)	R\$	49.288.001,59
	(+) Superávit Patrimonial do Exercício	R\$	6.374.602,60
	(-) Ajustes de exercícios anteriores		-4.483.790,50
	(=) Patrimônio Líquido do Exercício (31.12.2016)	R\$	51.178.813,69

Fonte: Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido – DMPL, e Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64.

Essa conta representa, no final do exercício, o resultado patrimonial da Unidade que, no caso em exame, foi um Superávit no valor de R\$ 6.374.602,60 (seis milhões, trezentos e setenta e quatro mil, seiscentos e dois reais e sessenta centavos).

Esse resultado é formado pelas Variações Patrimoniais Aumentativas, no montante de R\$ **76.589.109,24** (setenta e seis milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, cento e nove reais e oitenta e quatro centavos) deduzidas das Variações Patrimoniais Diminutivas de R\$ **70.214.506,64** (setenta milhões, duzentos e quatorze mil, quinhentos e seis reais e sessenta e quatro centavos).

3.5 Dívida fundada e flutuante – anexos 16 e 17 da lei federal Nº 4.320/64

A dívida pública resulta de compromissos decorrentes de contratos, convênios e acordos assumidos por entes públicos, em virtude de lei.

Classifica-se a Dívida Pública em Fundada ou Consolidada e Flutuante, podendo ser aquela interna ou externa.

3.5.1 Dívida fundada – anexo – 16 da lei federal Nº 4.320/64

Conforme evidenciado nos Demonstrativos presentes neste relatório não há movimentação nesse grupo de conta.

3.5.2 Dívida flutuante – anexo 17 da lei federal Nº 4.320/64

A Dívida Flutuante (Anexo 17) constitui-se de obrigações de curto prazo, tais quais as previstas no art. 92 da Lei Federal nº 4.320/64, que compreende as obrigações decorrentes de restituições, depósitos, serviço da dívida a pagar, Restos a Pagar e outras dívidas de curto prazo, bem como as operações de créditos por antecipação da receita, apresenta-se da seguinte forma:

³¹ Dados extraídos do Balanço Patrimonial/2016 – Anexo 14, lei 4320/64.

DESCRIÇÃO	VALOR	
Saldo do Exercício Anterior³²	R\$	4.050.274,73
(+) Inscrição.....	R\$	16.433.181,58
(-)Baixa	R\$	19.516.534,33
(=) Saldo para o Exercício Seguinte.....	R\$	966.921,98

Fonte: Demonstração da Dívida Flutuante – Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64; Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64; Balanço Financeiro – Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, e Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP – Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64.

3.6 Demonstrações dos fluxos de caixa

O resultado dos fluxos de caixa no exercício de 2016 foi positivo no montante de R\$ 4.382.144,52 (quatro milhões, trezentos e oitenta e dois mil, cento e quarenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos) conforme demonstrado no quadro abaixo:

Geração Líquida de Caixa	2016	2015
CAIXA INICIAL	9.138.083,94	9.902.277,84
Variação de Caixa	4.382.144,52	-744.682,13
CAIXA FINAL	13.520.228,46	9.157.595,71

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as movimentações de itens de caixa e seus equivalentes, a partir das principais classes de recebimentos e pagamentos brutos. No exercício de 2016 existe uma diferença de R\$ 19.511,77 (dezenove mil, quinhentos e onze reais e setenta e sete centavos), entre a conta Caixa e Equivalente de Caixa no Balanço Patrimonial e a conta Caixa e Equivalente de Caixa no Demonstrativo dos Fluxos de Caixa – DFC, Inicial e Final. Essa diferença é resultante da movimentação da conta Valores em Trânsitos Realizáveis, inicial e final, conforme quadro abaixo:

Valores em Trânsitos Realizáveis		
SALDO INICIAL	SALDO FINAL	SALDO
26.291,77	6.607,05	19.511,77

No Quadro de Informações Adicionais no DFC apresentamos a movimentação de algumas contas que sofreram ajustes durante o exercício resultando no saldo de R\$ 13.539.913,18(treze milhões, quinhentos e trinta e nove mil, novecentos e treze reais e dezoito centos).

A composição deste resultado é evidenciada através dos Fluxos: Operacional, Investimento e Financiamento, conforme demonstrado na tabela a seguir.

FLUXOS	2016	2015
--------	------	------

³² Dados extraídos do Demonstrativo da Dívida Flutuante – Anexo 17 da lei 4.320/64.

	INGRESSOS	DESEMBOLSOS	SALDO	INGRESSOS	DESEMBOLSOS	SALDO
Operacionais	76.589.109,24	70.764.205,89	5.824.903,35	68.461.524,84	65.599.882,77	2.861.642,07
Investimentos	0,00	1.442.758,83	- 1.442.758,83	0,00	3.606.324,20	- 3.606.324,20
Financiamentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	76.589.109,24	72.206.964,72	4.382.144,52	68.461.524,84	66.906.307,54	- 744.682,13

O fluxo líquido das atividades operacionais evidencia quanto foi gerado de caixa para amortizar dívidas, manter a capacidade de expansão das despesas com recursos próprios gerados pelas operações e fazer novos investimentos. Podemos observar que o Órgão teve um aumento de caixa no montante de R\$ 4.382.144,52 (quatro milhões, trezentos e oitenta e dois mil, cento e quarenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), ou seja, os ingressos financeiros superaram os desembolsos. O fluxo líquido das atividades de investimento foi deficitário em R\$ 1.442.758,83 (um milhão quatrocentos e quarenta e dois mil, setecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e três centavos). Apesar de apresentar resultado deficitário, demonstra que o Órgão conseguiu manter sua capacidade de investimentos verificada no exercício de 2015.

3.6.1 Análise dos quocientes – demonstração dos fluxos de caixa:

A) QUOCIENTE DO FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS EM RELAÇÃO AO RESULTADO PATRIMONIAL

Quociente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais em relação ao resultado patrimonial é resultante da relação entre o Caixa Líquido Gerado nas Operações e o Resultado Patrimonial. O indicador revela que a empresa melhorou a capacidade da arrecadação se tornar disponibilidade no período analisado, o que significa mais recursos para utilizar em custeios e/ou investimentos, ou seja, os ingressos de recursos no exercício foram suficientes para atender as despesas (desembolsos) e ainda contribuir com o resultado patrimonial em R\$ 0,69 (sessenta e nove centavos).

Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais

DESCRIÇÃO	VALOR	
Caixa Líquido Gerado nas Operações	R\$	4.382.144,52
(/) Resultado Patrimonial	R\$	6.374.602,60

(=)FCL das Atividades Operacionais	R\$	0,69
------------------------------------	-----	------

B) QUOCIENTE DA CAPACIDADE DE AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA

O Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida é resultante da relação entre o Caixa Líquido Gerado nas Operações e o Total do Passivo. A interpretação desse quociente indica a parcela dos recursos gerados pela entidade para pagamento da dívida, ou seja, para cada R\$1,00 de dívida, R\$ 4,53 (quatro reais e cinquenta e três centavos) foram gerados no exercício.

DESCRIÇÃO	VALOR	
Caixa Líquido Gerado nas Operações	R\$	4.382.144,52
(/) Total do Passivo	R\$	966.921,98
(=) Capacidade de Amortização de Dívida	R\$	4,53

C) QUOCIENTE DA ATIVIDADE OPERACIONAL

O Quociente da Atividade Operacional é resultante da relação entre o Caixa Líquido Gerado das Operações e o Total da Geração Líquida de Caixa. A interpretação desses quocientes indica a parcela da geração líquida de caixa pela entidade atribuída as atividades operacionais. O Quociente da Atividade Operacional apurado para o exercício de 2016 demonstra que para cada R\$ 1,00 do Total da Geração Líquida de Caixa, foram arrecadados R\$ 1,33 (um real e trinta e três centavos) para custear as atividades operacionais.

DESCRIÇÃO	VALOR	
Caixa Líquido Gerado nas Operações	R\$	5.824.903,35
(/)Total da Geração Líquida de Caixa	R\$	4.382.144,52
(=)Atividade Operacional	R\$	1,33

Índice de Figuras

Figura 1-Organograma IDARON.....	10
Figura 2- Composição da Frota –IDARON.....	25
Figura 3 - Estrutura Programática e de Ações PPA 2016-2019	32
Figura 4-Classificação das atividades a serem monitoradas - por dimensões	33
Figura 5- Atribuição de peso nas dimensões a serem monitoradas	34

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Gastos Setor de Transporte 2013 a 2015.....	23
Gráfico 2 - Gasto a Frota de Veículos da IDARON 2016 (Abastecimento e Manutenção).....	24
Gráfico 3 – Distribuição dos Bens Móveis Inservíveis por Categoria.....	26
Gráfico 4 - Marcas de Veículos, Médios e Leves, utilizados na Frota.	26
Gráfico 5- Evolução do Suprimento de Fundos Liberado x Aplicado (2013-2015).....	55
Gráfico 6- Distribuição do Suprimento Aplicados por Regionais- 2015	56

Índice de Mapas

Mapa 1- Mapa de abrangência por área de supervisão da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON, 2016.....	13
Mapa 2- Mapa de abrangência das unidades descentralizadas da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON.....	17

Índice de Quadros

Quadro 1 - Qualificação dos Responsáveis	12
Quadro 2-Demonstrativo da Estrutura Física Descentralizada-2012, conforme LC 414/2007 (continua).....	15

Quadro 3 - Quadro de Aquisições por Modalidade de Aquisição – 2016	28
Quadro 4- Relação de Aluguéis Gerenciados pelo Setor de Pagamentos Diversos- 2015	29
Quadro 5-Relação de Contratos Continuados 2015.....	30
Quadro 6-Tabela de Leis do Plano Plurianual.....	31
Quadro 7- Exemplo de Monitoramento na Vigilância	34
Quadro 8-Exemplo de Resultado- Índice de Monitoramento na Defesa Sanitária Vegetal	35
Quadro 9- Índices de Execução Orçamentária – IDARON 2016	48
Quadro 10- Relação de Bens Permanentes Incorporados ao Patrimônio – 2016 (Recurso IDARON)	53
Quadro 11 - Principais Resultados Alcançados em 2016.....	54
Quadro 12 - Distribuição das atividades.....	58
Quadro 13 - Demonstrativo da Evolução Orçamentária – Exercício de 2016	59
Quadro 14 - Demonstrativo da Execução Financeira – Exercício de 2016.....	60
Quadro 15 - Receitas.....	61
Quadro 16 - Despesas.....	61

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Composição do Comitê Estratégico do PPA da IDARON.....	36
Tabela 2- Composição do Comitê Tático da IDARON.....	37
Tabela 3- Critérios de Avaliação utilizados pela ABOP	48
Tabela 4 - Demonstrativo de Diárias Pagas.....	49
Tabela 5 - Saldo de empenho de diárias por PA.....	50
Tabela 6 - Demonstrativo de Diárias Pagas-2016.....	51
Tabela 7- Concessão de Suprimento de Fundos Regionalizado - 2016.....	55